

**RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS**  
**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**  
**FAPECE - Fundação Assistencial e Previdenciária da**  
**EMATERCE**

**PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020**

## 1. APRESENTAÇÃO

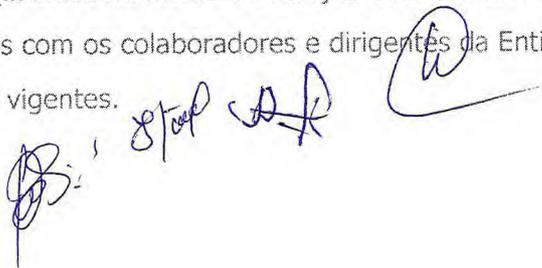
O principal objetivo do Conselho Fiscal da **FAPECE** – Fundação Assistencial e Previdenciária da EMATERCE, doravante denominada Entidade, na elaboração do presente Relatório é apresentar os resultados dos exames efetuados, incluindo a aderência da gestão dos recursos dos planos administrados pela Entidade às normas em vigor e às políticas de investimento, a aderência das hipóteses atuariais e a execução orçamentária no primeiro semestre de 2020, em observância às disposições legais, enfim, a adequação da Entidade aos princípios, regras e práticas de governança corporativa e de controles internos adotados pela Entidade, em especial o art. 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, desde que compatíveis com seu porte e complexidade de suas operações.

Os resultados das análises deste relatório, por estarem sendo feitas pelos Conselheiros, ainda que auxiliados por consultoria externa, estarão destacados como sugestões ou recomendações deste Conselho Fiscal e serão encaminhadas ao Conselho Deliberativo para providenciar as ações necessárias aos ajustes adequados.

### 1.1. ESCOPO E CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Para realização dos exames e elaboração do presente relatório foi adotada a seguinte metodologia:

- (a) análise de documentos (listados no anexo de relação documentos: 9.Anexos);
- (b) obtenção de informações com os colaboradores e dirigentes da Entidade, e
- (c) observância das normas vigentes.



## 2. INVESTIMENTOS

### 2.1. GESTÃO DOS RECURSOS

A Resolução CMN nº 4.661/2018, que passou a vigorar a partir de maio de 2018, estabelece que a EFPC na aplicação de seus recursos deve: observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência; exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência; zelar por elevados padrões éticos e executar com diligência a seleção o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços relacionados à gestão de ativos.

Além de adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios, considerando, inclusive, as Políticas de Investimento estabelecidas, observadas as modalidades, segmentos, limites e demais critérios e requisitos estabelecidos no referido normativo, a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos.

#### 2.1.1. Distribuição dos recursos administrados pela Entidade

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 e demais normativos, os recursos garantidores citados nesta mesma resolução se referem às aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados, representados pelo total dos investimentos somado com o disponível menos suas exigibilidades, que já estão comprometidas com as exigências relacionadas ao disponível e ao investimento (operacional e contingencial, itens do balancete 2.1.3 e 2.2.3).

Desta forma ao final do primeiro semestre a Entidade administrava cerca R\$ 203 milhões distribuídos entre seu plano de benefício e administrativo.

RECURSOS GARANTIDORES - FAPECE					
Conta	Posição 2S2019		Posição 1S2020		Variação
	R\$	%	R\$	%	%
Plano de Benefício - FAPECE BD	195.568.258	99,46%	202.235.380	99,40%	3%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	776.625	0,39%	943.142	0,46%	21%
<b>Investimentos</b>	<b>196.344.883</b>	<b>-</b>	<b>203.178.522</b>	<b>-</b>	<b>3%</b>
Disponível	297.444	0,15%	289.255	0,14%	-3%
Exigível	(8.058)	0,00%	(10.275)	-0,01%	28%
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>196.634.270</b>	<b>100,0%</b>	<b>203.457.502</b>	<b>100,0%</b>	<b>3%</b>

Fonte: Balancetesplanos1S2020 - FAPECE

Quando analisamos os resultados em comparação ao semestre anterior percebemos que houve crescimento, ainda que pequeno, dos investimentos mesmo com o primeiro semestre sendo marcado pelos efeitos causados pela pandemia do COVID-19, o qual trouxe um inédito panorama econômico-financeiro mundial, exercendo forte pressão no mercado financeiro e causando queda elevada nas bolsas do mundo inteiro, isso decorrente do perfil do plano, com baixo apetite à riscos, fato determinante para a proteção do capital nesse contexto.

Outra conta que também aumentou de um semestre para outro foi a do Exigível, em valores financeiros tem pouca representatividade no total dos recursos garantidores, mas em comparação com seu saldo do semestre anterior aumentou cerca de 28%.

## 2.1.2. Distribuição dos Recursos administrados por cada Plano

A gestão dos recursos dos planos da Entidade é realizada por gestores externos, por meio de fundos de investimentos (exclusivos e condominiais), de acordo com as Políticas de Investimento, mandatos e orientações do estudo ALM, com apoio do custodiante e da consultoria de investimentos para monitoramento e acompanhamento das carteiras, além de demais situações definidas nas Políticas de Investimento e provocadas pela Diretoria Executiva, e pelas deliberações, de acordo com as alçadas, da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo.

Ao final do primeiro semestre, os planos de benefícios, administrativo e consolidado apresentavam a seguinte distribuição de seus recursos, segundo seus balancetes e Relatório de Análise dos Investimentos (RAI) da consultoria Aditus:

RECURSOS GARANTIDORES - POR PLANO						
Conta	PBD		PGA		CONSOLIDADO	
	Posição 1S2020		Posição 1S2020		Posição 1S2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>199.807.835</b>	<b>98,67%</b>	<b>943.142</b>	<b>99,05%</b>	<b>200.750.977</b>	<b>98,67%</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>185.586.545</b>	<b>91,64%</b>	<b>943.142</b>	<b>99,05%</b>	<b>186.529.687</b>	<b>91,68%</b>
<i>Fundo CEF/FAPECE RF</i>	134.990.294	66,66%	-	0,00%	134.990.294	66,35%
<i>Fundo Itaú Active FIX IB MM FI</i>	24.681.276	12,19%	943.142	99,05%	25.624.418	12,59%
<i>Fundo Bradesco FFIC FI RF IMA-B-5</i>	6.451.515	3,19%	-	0,00%	6.451.515	3,17%
<i>Fundo Western Asset IMA-B-5 Ativo FI RF</i>	6.582.951	3,25%	-	0,00%	6.582.951	3,24%
<i>Fundo BTG Pactual Tesouro IPCA Curto FI RF Ref.</i>	6.441.028	3,18%	-	0,00%	6.441.028	3,17%
<i>Fundo Icatu Vanguarda Inflação Curta FI RF</i>	6.439.480	3,18%	-	0,00%	6.439.480	3,17%
<b>Renda Variável</b>	<b>5.402.520</b>	<b>2,67%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>5.402.520</b>	<b>2,66%</b>
<i>Fundo Fator Sinergia V-FIA</i>	1.141.538	0,56%	-	0,00%	1.141.538	0,56%
<i>Fundo Bradesco FIA Dividendos</i>	3.311.223	1,64%	-	0,00%	3.311.223	1,63%
<i>Fundo Jmalucelli Marlim Dividendos FIA</i>	949.758	0,47%	-	0,00%	949.758	0,47%
<i>Fundo Sul América Expertise FIA</i>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Investimentos Estruturados-Multimercados</b>	<b>8.818.771</b>	<b>4,35%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>8.818.771</b>	<b>4,33%</b>
<i>Fundo Garde Dumas FIC FIM</i>	2.977.868	1,47%	-	0,00%	2.977.868	1,46%
<i>Fundo Sul América Endurance</i>	2.933.135	1,45%	-	0,00%	2.933.135	1,44%
<i>Fundo SPX Nimitz Estruturado</i>	2.907.767	1,44%	-	0,00%	2.907.767	1,43%
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>2.394.540</b>	<b>1,18%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>2.394.540</b>	<b>1,18%</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>33.005</b>	<b>0,02%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>33.005</b>	<b>0,02%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>202.235.380</b>	<b>99,87%</b>	<b>943.142</b>	<b>99,05%</b>	<b>203.178.522</b>	<b>99,86%</b>
Disponível	282.105	0,14%	7.150	0,95%	289.255	0,14%
Exigível	(10.275)	-0,01%	-	0,00%	-10.275	-0,01%
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>202.507.210</b>	<b>100,0%</b>	<b>950.292</b>	<b>100,0%</b>	<b>203.457.502</b>	<b>100,0%</b>

Fonte:RAI06.2020 – ADITUS /Balancetesplanos e consolidados06.2020 - FAPECE

Analisando a distribuição dos recursos garantidores dos planos de benefícios, administrativo e consolidado percebemos que quase a totalidade dos recursos está alocada em fundos de investimentos. Em junho de 2020 a Entidade possuía em sua carteira doze fundos, sendo um deles exclusivo e com maior representatividade, com 66.66% dos recursos garantidores consolidado (Fundo CEF/FAPECE RF).

No primeiro semestre foi liquidado o Fundo Sul América Expertise FIA como já era previsto e inclusive relatado pela Diretoria Executiva nos relatórios anteriores.

## 2.2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO DE RISCOS DOS INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN nº 4.661/2018 a EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas no referido normativo, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

Além disso, deve definir a política de investimento para a alocação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado e cada uma deve conter definições como: a alocação de recursos; os limites por segmento de aplicação; os limites por modalidade de investimento; os limites por emissor; a utilização de instrumentos derivativos. Assim como, os procedimentos e critérios para a avaliação e acompanhamento dos riscos de investimentos.

Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência das políticas de investimento devem ser efetivamente representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente.

Para atender aos requisitos de enquadramento da Resolução CMN nº 4.661/2018 e Políticas de Investimento, a Entidade conta com a consultoria de investimentos Aditus que apresenta relatórios periódicos, com base nas informações dos gestores, custodiante e Entidade. Ainda atestam os limites, acompanham e monitoram as alocações, concentrações, riscos e resultados dos investimentos, além de outros gerados pela própria Entidade.

A Política de Investimento do plano PBD vigente no ano de 2020 estava adequada aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018.

No caso do plano de gestão administrativa - PGA, sua Política de Investimento define como os recursos investidos pelo Plano devem privilegiar a liquidez dos ativos, por se tratar de recursos de curto prazo para custear as despesas administrativas da Entidade, a macroalocação tomou como base essa premissa. Os limites e restrições de alocação dos investimentos, referente ao PGA, estão definidos na sua Política de Investimentos.

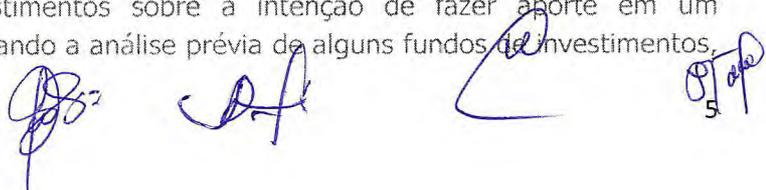
### 2.2.1. Alocação e Concentração

As alocações dos recursos são direcionadas de acordo com as Políticas de Investimento e com o estudo de ALM, elaboradas levando em consideração a modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico.

As decisões são tomadas conforme a Política de Alçadas, com assessoramento da consultoria de investimentos Aditus e ocorrem mediante provocação da Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, que decide em última instância sobre as alocações.

A participação da consultoria de investimentos, Aditus, na decisão das alocações dos recursos garantidores se limita, segundo a Diretoria Executiva, ao processo de seleção de gestores que antecede uma nova alocação.

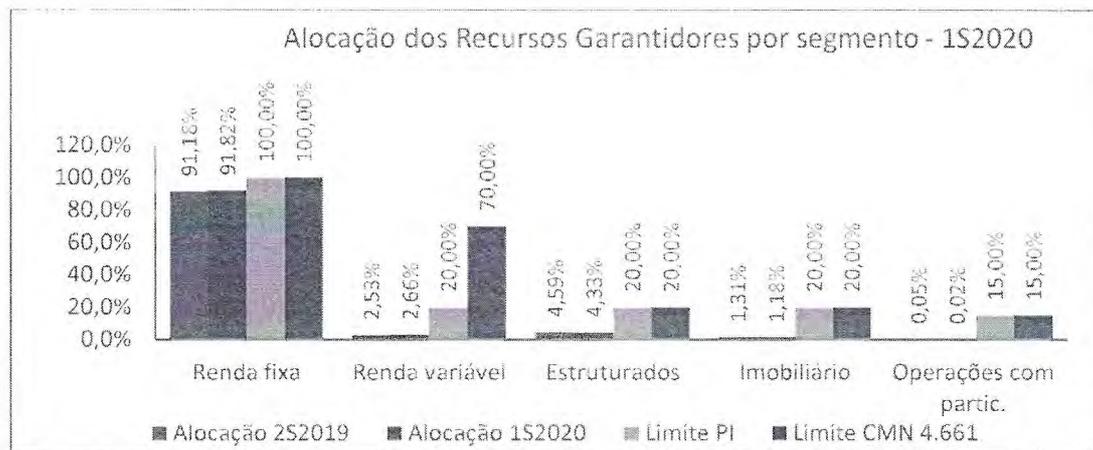
A Diretoria Executiva, observando as Políticas de Investimento e o estudo de ALM, provoca a consultoria de investimentos sobre a intenção de fazer aporte em um determinado segmento, solicitando a análise prévia de alguns fundos de investimentos.



mas não se limitando a eles, considerando que a consultoria dispõe de um banco de dados muito mais abrangente sobre os veículos de cada segmento. A consultoria então inicia um processo de seleção com base em critérios quantitativos, mediante aplicação de determinados parâmetros definidos com a Diretoria Executiva, tais como (patrimônio líquido mínimo, nível de volatilidade, taxa de administração etc.). Após aplicação do filtro com os critérios quantitativos, chega-se a um resultado ainda preliminar. No passo seguinte, a Entidade elege alguns veículos e a consultoria aprofunda o processo com elementos qualitativos e, por fim, a Entidade seleciona os veículos que receberão o aporte, conforme estratégia definida, considerando ainda eventual risco residual, como o risco de imagem, por exemplo. Em seguida, após a seleção dos veículos, o AETQ emite atestado de regularidade da alocação e adequação ao estudo de ALM e perfil do plano ao passo em que o ARGR (mesmo AETQ) emite atestado de adequação quanto aos níveis de risco da operação. Por fim, a depender do valor da alocação, conforme definido na Política de Alçadas, a alocação recebe aprovação da Diretoria Executiva (até 5% do total dos recursos), ou pelo Conselho Deliberativo (operações com valor superior a 5% do total dos recursos).

Os limites de alocação e concentração foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios mensais de *Compliance*(RC) e Acompanhamento da Política de Investimentos (API).

Ao final do primeiro semestre os recursos garantidores da Entidade estavam alocados entre os segmentos de renda fixa, renda variável, estruturado, imobiliário e operações com participantes.



Fonte: API 06.2020- ADITUS / Balancete consolidado 06.2020 – FAPECE

<b>ALOCÇÃO E CONCENTRAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES POR SEGMENTO</b>					
Segmento de Aplicação	Posição 2S2019		Posição 1S2020		Varição
	R\$	%	R\$	%	%
Renda fixa	179.296.305	91,18%	186.896.777	91,86%	4%
Renda variável	6.154.873	3,13%	5.314.409	2,61%	-14%
Estruturados	8.708.797	4,43%	8.818.771	4,33%	1%
Imobiliário	2.401.403	1,22%	2.394.540	1,18%	0%
Operações com participantes	72.892	0,04%	33.005	0,02%	-55%
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>196.634.270</b>	<b>100,0%</b>	<b>203.457.502</b>	<b>100,0%</b>	<b>3%</b>

Fonte: API 06.2020- ADITUS / Balancete consolidado 06.2020 – FAPECE

Analisando os relatórios mensais do plano, observamos que não houve desenquadramentos com relação aos limites de alocação e concentração por segmento ou por veículo de investimento, assim como por emissor e derivativo - Art.21 a 28 e Art. 30 da Resolução CMN nº 4.661. Além disso, foram analisados os códigos ISINS dos títulos

6

e valores mobiliários, conforme Art. 18 da Resolução CMN nº 4.661 e as vedações previstas Art. 36 do mesmo normativo.

De acordo com as análises efetuadas, pudemos também constatar que a alocação do PBD estava, no primeiro semestre, enquadrada em relação aos limites específicos estabelecidos pela sua Política de Investimentos.

Existe, contudo, uma vedação da Resolução CMN 4.661/18 com relação a um terreno da Entidade, situado na Rua Salústio de Pinho, 200, Praia do Futuro, Fortaleza/CE. Este desenquadramento já foi justificado à PREVIC, pois a Entidade ainda não tem como tomar nenhuma providência quanto ao imóvel, uma vez que existem demandas judiciais questionando a sua posse/propriedade. Somente após o desfecho da discussão judicial, com a garantia do pleno exercício da posse, na qualidade de legítima proprietária do referido imóvel, é que a Entidade poderá aliená-lo e enquadrar ao dispositivo legal. Neste caso a Resolução CMN 4.661/2018 propõe um prazo de 12 anos para solução destes impasses, a contar de sua vigência.

Este colegiado vem acompanhando juntamente com a Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo as movimentações judiciais que tratam sobre a posse e propriedade do terreno da Entidade, conforme recomendações da fiscalização da PREVIC de reenquadramento do imóvel (terreno).

Diante do risco e da possibilidade de eventual decisão judicial que venha a contrariar os interesses da Entidade, amparado em parecer jurídico e com base no princípio da prudência, foi realizada a provisão de 100% do valor do terreno em 2018, conforme recomendou o Conselho Fiscal por ocasião de sua 170ª Reunião Ordinária, datada de 27/04/2018, amparado na decisão do Conselho Deliberativo registrada na ata da sua 150ª Reunião Ordinária, de 29/06/2018, com fundamento nas disposições do art. 12, § 2º da Res. CGPC nº 13/04, a saber: *"Os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas"*.

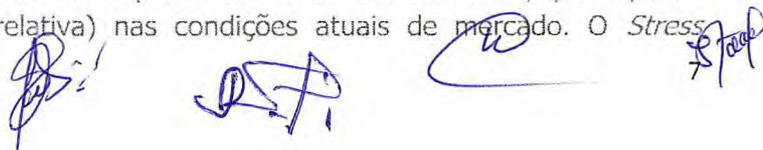
Durante o primeiro semestre as demandas judiciais que discutem a posse/propriedade do imóvel (terreno) Entidade, localizado na Rua Salústio de Pinho, nº 200, Praia do Futuro, nesta capital, não apresentaram movimentação significativa quanto ao deslinde dos processos.

Este Conselho vem realizando o monitoramento desse tema, sendo objeto nas pautas das Reuniões Ordinárias 191ª e 194ª, ocorrida em 31/01/2020 e 28/04/2020, respectivamente, sempre após o recebimento dos relatórios processuais atualizados com as últimas movimentações processuais.

### **2.2.2. Risco de Mercado**

Segundo o Art. 10 da Resolução CMN nº 4.661/2018, as Entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

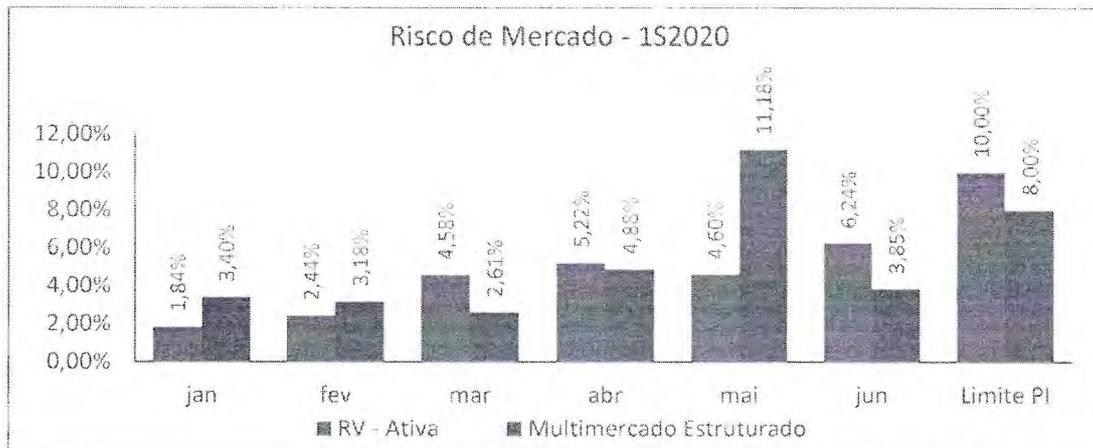
Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado e controle da volatilidade das carteiras dos planos de benefícios será feito por meio de duas ferramentas estatísticas: *Value-at-Risk (VaR)* ou *Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)* e *Stress Test*. O *VaR (B-VaR)* estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. O *Stress*



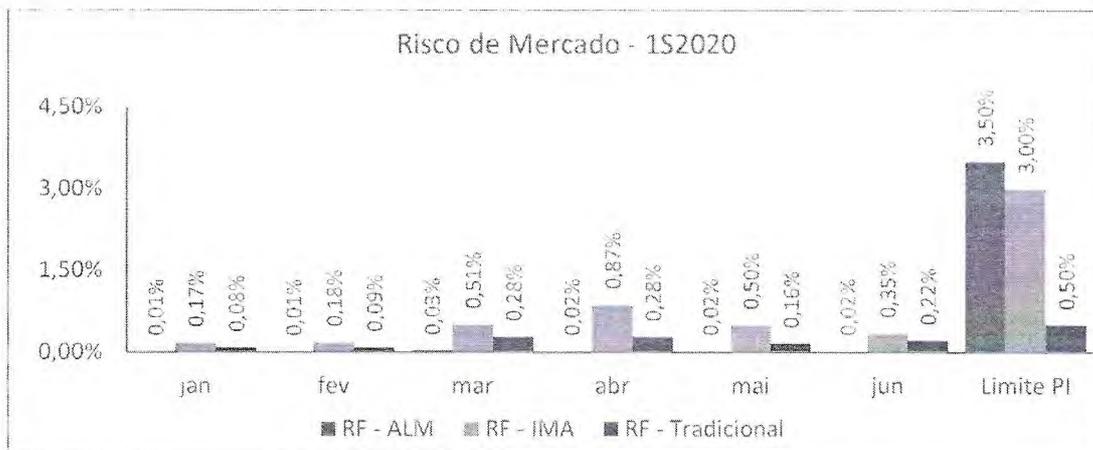
Testavalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

Estão estabelecidos, na Política de Investimento do plano de benefícios da Entidade, os limites de VaR e B-VaR para cada segmento/mandato e estes foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios mensais de Compliance (RC) e Acompanhamento da Política de Investimentos (API).

Ao final do primeiro semestre foram apresentados os seguintes valores de VaR para os mandatos do plano PBD.



Fonte: RC e API mensais 1S2020 – Aditus



Fonte: RC e API mensais 1S2020 – Aditus

RISCO DE MERCADO 1S2020							
Mandato / Segmento	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Limite PI
RV - Ativa	1,84%	2,44%	4,58%	5,22%	4,60%	6,24%	10,00%
Multimercado Estruturado	3,40%	3,18%	2,61%	4,88%	11,18%	3,85%	8,00%
RF - ALM	0,01%	0,01%	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	3,50%
RF - IMA	0,17%	0,18%	0,51%	0,87%	0,50%	0,35%	3,00%
RF - Tradicional	0,08%	0,09%	0,28%	0,28%	0,16%	0,22%	0,50%

Fonte: RC e API mensais 1S2020 – Aditus

Analisando os relatórios mensais do plano observamos que houve um desenquadramento passivo com relação ao limite estabelecido na Política de Investimento para o mandato de Multimercado Estruturado, fechando o mês de maio com 11,18%, contudo tratou-se de uma oscilação pontual e nos demais meses este se manteve dentro dos limites estabelecidos.

*(Handwritten signatures and initials)*

Os demais segmentos e/ou mandatos mantiveram seus resultados, enquadrados e a maioria deles representam valores pouco significativos quando comparados com os limites estabelecidos para cada um.

#### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

O desenquadramento do nível de risco de mercado do segmento Multimercado foi registrado nos relatórios da Aditus e motivou um questionamento da Diretoria Executiva sobre a eventual necessidade de promover algum ajuste nas Políticas de Investimento ou mesmo nas posições investidas e a consultoria informou tratar-se apenas de um desenquadramento passivo provocado pela elevação da volatilidade no mercado em razão da crise econômica, mas que a tendência era o nível de risco voltar aos patamares anteriores nos meses seguintes, o que de fato ocorreu.

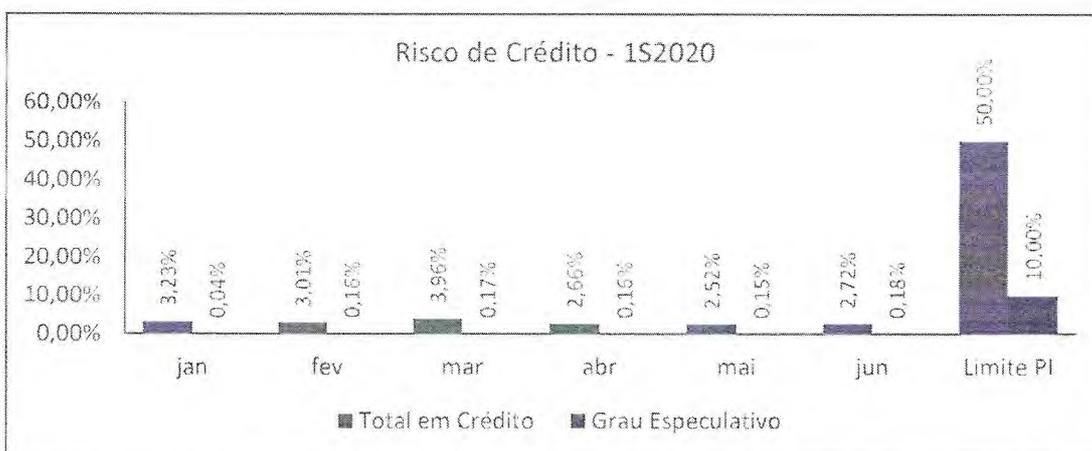
#### 2.2.3. Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas: Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento; Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando principalmente os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas em relação à estrutura dos ativos.

Estão estabelecidos, na Política de Investimento do plano PBD, os limites para Total em Crédito (Grau de Investimento + Grau Especulativo) e para o Grau Especulativo. Assim como os *ratings* mínimos para a classificação como grau de investimento, segregado por agência, prazo e modalidade de aplicação. Estes foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios de *Compliance* (RC) e Acompanhamento da Política de Investimentos (API) mensais.

Ao final do primeiro semestre foram apresentados os seguintes valores de Total de Crédito e Grau Especulativo pelo plano de beneficiários.



Fonte: RC e API mensais 1S2020 – Aditus

RISCO DE CRÉDITO 1S2020							
Tipo	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Limite PI
Total em Crédito	3,23%	3,01%	3,96%	2,66%	2,52%	2,72%	50,00%
Grau Especulativo	0,04%	0,16%	0,17%	0,16%	0,15%	0,18%	10,00%

Fonte: RC e API mensais 1S2020 – Aditus

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature in blue ink and several smaller initials.

Com base nas análises efetuadas constatamos que o plano estava enquadrado com relação aos limites de crédito estabelecidos na Política de Investimento. Os resultados se apresentaram bem distante dos limites, representando menos de 10% no mês de junho, em ambos.

Demais aspectos com relação ao risco de crédito, como as empresas emissoras e *rating* de longo prazo, apontando as dez maiores contrapartes privadas da carteira, incluindo emissores de crédito privado e de ações com os respectivos *ratings* atribuídos pelas agências classificadoras; a alocação por tipo de crédito; além da mudança de *rating* dos títulos de crédito, foram também avaliados por meio dos relatórios mensais de Análise de Investimentos (RAI), emitidos pela consultoria de investimentos Aditus e não foram apontados desenquadramentos ou ocorrências que possam comprometer a boa gestão dos investimentos ao longo do primeiro semestre.

#### 2.2.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes.

A análise de risco de liquidez demonstra o percentual da carteira de cada um dos planos que pode ser negociado em determinado período, adotando como premissa atualização de 20% do volume médio negociado nos últimos 21 dias, para cada ativo presente nas carteiras próprias e/ou fundos exclusivos. No caso dos demais fundos, será utilizado o prazo de cotização divulgado em regulamento.

Ao final do semestre, após análise dos relatórios, constatamos que o plano PBD estava enquadrado com relação ao limite de liquidez e estes foram apurados e acompanhados por meio dos relatórios de *Compliance* (RC) e Acompanhamento da Política de Investimentos (API) mensais.

Além disso, a Entidade também passou a realizar o acompanhamento dos Indicadores para evidenciar a capacidade de pagamento de Obrigações, conforme definido nas Políticas de Investimento, por meio do relatório semestral de Índices de Liquidez elaborado pela Aditus.

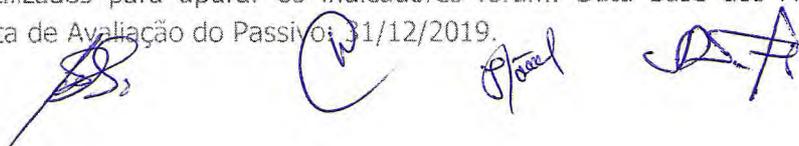
Tais indicadores foram baseados nos índices de liquidez desenvolvidos pela PREVIC e publicados no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar, com adaptação de metodologia para adequação das informações disponíveis.

ILG - Índice de Liquidez Global: O índice de liquidez global (ILG) tem por objetivo mensurar a disponibilidade de ativos líquidos, independentemente dos respectivos prazos de vencimento ou da volatilidade, para fazer frente às obrigações com participantes projetadas para cinco anos.

ILCP - Índice de Liquidez de Curto Prazo: O índice de liquidez de curto prazo (ILCP) relaciona o valor presente (VP) dos títulos de renda fixa em carteira (títulos públicos, títulos privados e operações compromissadas) de prazos de vencimentos curtos (até cinco anos) com os VP das obrigações atuariais líquidas das contribuições, no mesmo prazo (até cinco anos).

Não serão estabelecidos parâmetros mínimos, sem prejuízo de vir a agir quando os níveis dos indicadores estiverem abaixo de 1.

Os parâmetros utilizados para apurar os indicadores foram: Data base dos Ativos: 30/06/2020; e Data de Avaliação do Passivo: 31/12/2019.



Ao final do semestre foram apresentados os seguintes resultados por estes índices.

Ativos de Liquidez nível 1:	183.806.072,95
Ações Nível 1:	5.289.523,51
VP Passivo - Próximos 5 anos:	-64.778.205,67

**ILG** **2,92**

Fonte: RLR 1S 2020 – Aditus

Quando superior a um, o índice informa a existência de fluxos de ativos com liquidez em montante superior aos passivos atuariais líquidos, indicando que não há insuficiência de ativos para cobrir as obrigações.

Inflação:	85.567.344,86
Pré:	293.127,94
Outros:	52.975.241,44
Valor Total RF:	138.835.714,24
VP Passivo - Próximos 5 anos:	-64.778.205,67

**ILCP** **2,14**

Fonte: RLR 1S 2020 – Aditus

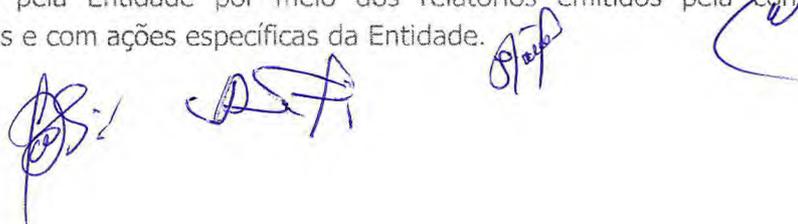
Quando superior a um, o índice informa a existência de fluxos de renda fixa em montante superior aos passivos atuariais líquidos, indicando menor necessidade de realizar outros ativos para cobrir as obrigações no período de referência. Portanto, o ILCP maior tende a reduzir a exposição ao risco de mercado.

#### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

Consideramos importante registrar algumas informações específicas do primeiro semestre relacionadas ao plano BD da FAPECE que trouxeram preocupação à entidade durante o agravamento da crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19. Nesse contexto, em meados de março a Diretoria Executiva provocou a Aditus para se manifestar acerca do nível de liquidez do plano para honrar com suas obrigações imediatas (de curto prazo), considerando o seu fluxo financeiro e disponibilidades financeiras investidas em fundos de investimento considerados líquidos, inclusive antecipando-se à provocação no mesmo sentido feita pela PREVIC dias depois. Em resposta, a Aditus esclareceu que considerando o perfil do plano administrado e a estrutura dos investimentos da entidade (extremamente conservadora) o nível de liquidez do plano manteve-se em patamar saudável e apto a honrar com as obrigações do passivo atuarial sem exigir a realização de ativos de maior risco, bem como que o plano sofreu bem menos do que a maioria dos planos de mesma característica (BD), apresentando ao final do 1º trimestre do exercício rentabilidade ainda positiva, de 0,10% e, no final do 1º semestre, o retorno observado foi de 1,96%.

#### 2.2.5. Demais riscos

Os riscos legal, operacional e sistêmico ligados à gestão dos investimentos não possuem limites específicos nas Políticas de Investimento, porém também são acompanhados e monitorados pela Entidade por meio dos relatórios emitidos pela consultoria de investimentos e com ações específicas da Entidade.



### 2.3. RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

A Resolução CMN nº 4.661/2018 exige que as EFPCs definam a taxa mínima atuarial e os índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios e as metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Segundo a Política de Investimento do plano PBD, entende-se como índice de referência ou *benchmark* para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado.

#### 2.3.1. Resultado Acumulado por segmento

De acordo com os relatórios Comparativo de Desempenho (RCD), Análise de Investimentos (RAI) e demais informações obtidas com a Entidade, ao final do primeiro semestre plano apresentou os seguintes resultados para os segmentos de aplicação e para o consolidado.



Fonte: RAI06.2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos 1S2020 – FAPECE

Segmento de Aplicação	Rentabilidade acumulada	Benchmark acumulado	Meta Atuarial acumulada	Rent. Acum. X Meta Atuarial
	1S2020	1S2020	1S2020	1S2020
FAPECE BD	1,96%	9,20%	2,34%	83,63%
Renda fixa	2,61%	2,34%	2,34%	111,39%
Renda variável	-24,80%	-17,39%	2,34%	-1059,66%
Estruturado	1,36%	2,12%	2,34%	58,06%
Imobiliário	1,30%	-12,24%	2,34%	55,46%
Operações com partic.	5,65%	2,78%	2,34%	241,38%

Fonte: RAI06.2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos 1S2020 – FAPECE

Pode-se observar que somente os segmentos de renda fixa e operações com participantes superaram a meta atuarial ao final do primeiro semestre e ambos superaram seus *benchmarks* acumulados. O segmento de renda variável foi o que obteve pior resultado quando comparado com a meta atuarial, com resultado negativo no período em -24,80% (-1059,66% da meta atuarial). Já o segmento Imobiliário ficou no campo positivo, terminando o semestre com 1,3% (55,46% da meta atuarial). E o segmento estruturado obteve resultado abaixo de seu *benchmark* e 55,46% da meta atuarial.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

O segmento imobiliário foi o que obteve o pior resultado quando comparado com a meta atuarial, atingindo apenas 55,46% no semestre, contudo ao compararmos com seu *benchmark* acumulado ele superou o índice com resultado positivo.

Ressaltamos, contudo, que o plano PBD conta com 98% de sua massa de participantes já elegível, conforme dados atuariais do plano, de forma que se apresenta como um plano maduro.

Tal perfil é determinante para redução do apetite ao risco da carteira de investimentos da Entidade, que busca fazer suas aplicações para atingir sua meta atuarial sem, contudo, assumir riscos que não estejam em conformidade com o perfil do plano administrado.

#### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

Estamos tratando de um período (1º semestre de 2020) atípico em razão da crise provocada pela pandemia do COVID-19. Foi um período com extrema volatilidade para os ativos. Naturalmente, quanto maior o risco, maior a volatilidade, mas mesmo títulos públicos (ativos de renda fixa) marcados à mercado sofreram com a elevada volatilidade.

Assim, a rentabilidade acumulada do plano, obtida na aplicação dos ativos ao longo do primeiro semestre foi de 1,96% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 2,34%, rentabilizando o equivalente a 83,63% da meta atuarial.

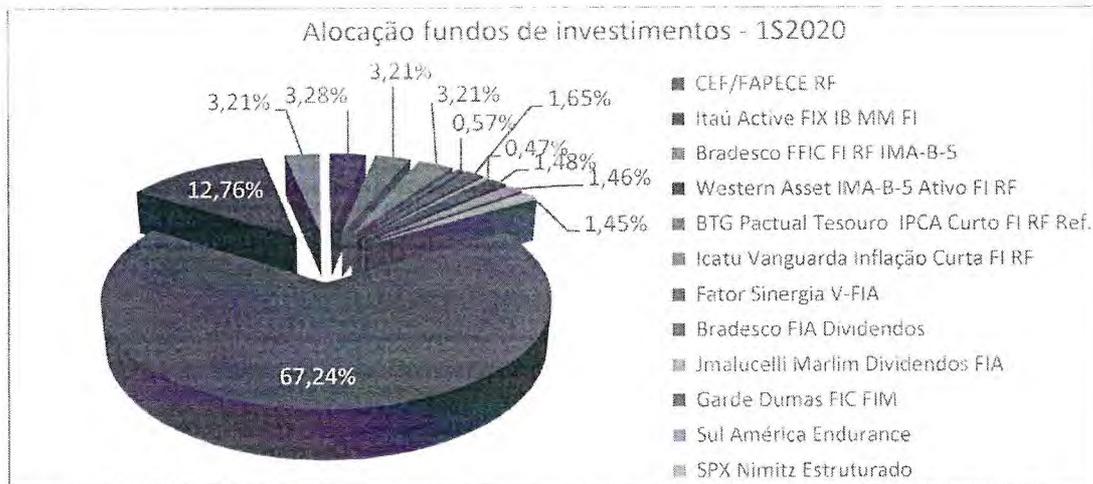
Nos Relatórios Comparativo de Desempenho (RCD) e Análise de Investimentos (RAI), elaborados pela Aditus, podem ser verificadas as rentabilidades mensais comparadas com as metas atuariais e *benchmarks*, assim como na planilha "Rentabilidade dos Investimentos em 2020" elaborada pela Entidade e as atas das reuniões da Diretoria e do Conselho que tratam do assunto.

#### 2.3.2. Performance dos Fundos de Investimentos

Para avaliar e acompanhar melhor os resultados apresentados pelos investimentos é importante analisarmos também a performance apresentada pelos fundos de investimentos, principalmente pelo fato de aproximadamente 98% da carteira de investimentos da Entidade está distribuída entre fundos de investimentos comandados por gestores externos.

A avaliação dos fundos de investimentos é realizada pela Diretoria Executiva em parceria com a consultoria de investimentos Aditus, por meio dos diversos relatórios gerenciais por ela gerado.

Ao final do semestre a Entidade possuía doze fundos de investimentos alocados da seguinte forma:



Fonte: RA106.2020 – Aditus / Balancete consolidado 06.2020 – FAPECE

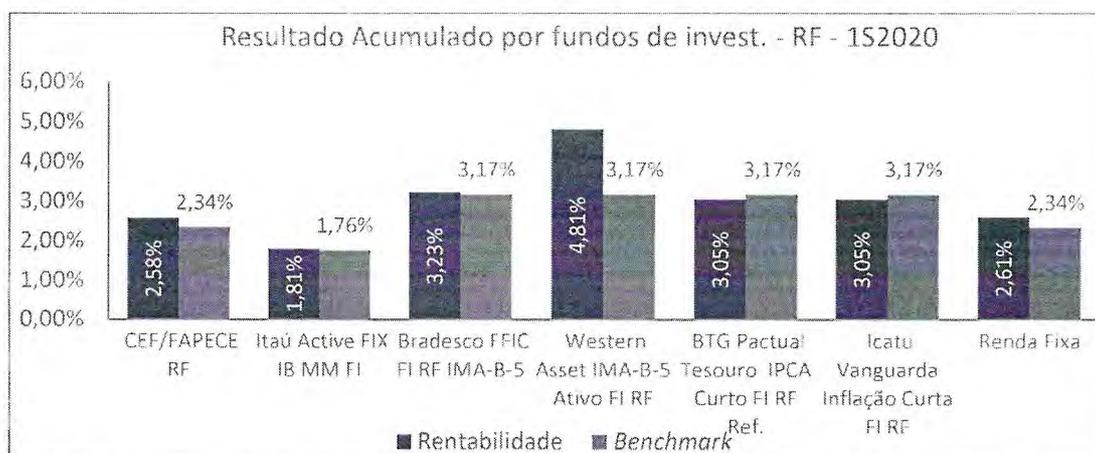
Segmento/Veículo	Posição 2S2019		Posição 1S2020		Variação %	Gestor
	R\$	%	R\$	%		
<b>Renda Fixa</b>						
CEF/FAPECE RF	131.599.894	67,88%	134.990.294	67,24%	3%	Caixa
Itaú Active FIX IB MM FI	22.165.563	11,43%	25.624.418	12,76%	16%	Itaú
Bradesco FFIC FI RF IMA-B-5	6.249.554	3,22%	6.451.515	3,21%	3%	Bradesco
Western Asset IMA-B-5 Ativo FI RF	6.281.017	3,24%	6.582.951	3,28%	5%	Western
BTG Pactual Tesouro IPCA Curto FI RF Ref.	6.250.401	3,22%	6.441.028	3,21%	3%	BTG Pactual
Icatu Vanguarda Inflação Curta FI RF	6.248.893	3,22%	6.439.480	3,21%	3%	Icatu
<b>Renda Variável</b>						
Fator Sinergia V-FIA	921.572	0,48%	1.141.538	0,57%	24%	Fator
Bradesco FIA Dividendos	4.259.401	2,20%	3.311.223	1,65%	-22%	Bradesco
Jmalucelli Marlim Dividendos FIA	1.170.321	0,60%	949.758	0,47%	-19%	Jmalucelli
Sul América Expertise FIA	15.176	0,01%	-	-	0%	Sul América
<b>Investimentos Estruturados-Multimercados</b>						
Garde Dumas FIC FIM	2.948.642	1,52%	2.977.868	1,48%	1%	Garde
Sul América Endurance	2.934.091	1,51%	2.933.135	1,46%	0%	Sul América
SPX Nimitz Estruturado	2.826.064	1,46%	2.907.767	1,45%	3%	SPX
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>193.870.588</b>		<b>200.750.977</b>		<b>4%</b>	

Fonte: RA106.2020 – Aditus / Balancete consolidado 06.2020 – FAPECE

Podemos constatar que 67,24% dos investimentos em fundos de investimentos estão alocados no fundo CEF/FAPECE RF, fundo exclusivo da Entidade e o segundo fundo com maior alocação o ItaúActiveFIX IB MM FI com cerca 12,76%, os demais possuem alocação abaixo de 5%. Comparando com o semestre anterior, percebemos que houve a liquidação do fundo Sul América Expertise FIA.

De acordo com os relatórios de Análise de Investimentos produzidos pela Aditus, ao final do primeiro semestre os fundos de investimentos apresentaram os seguintes resultados:

## Fundos de Investimentos – Renda Fixa



Fonte: RAI 06.2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos em 1S2020 – FAPECE

Resultado acumulado 1S2020	CEF/FAPECE RF	Itaú Active FIX IB MM FI	Bradesco FFIC FI RF IMA-B-5	Western Asset IMA-B-5 Ativo FI RF	BTG Pactual Tesouro IPCA Curto FI RF Ref.	Icatu Vanguarda Inflação Curta FI RF	Renda Fixa
Rentabilidade	2,58%	1,81%	3,23%	4,81%	3,05%	3,05%	2,61%
Benchmark	2,34%	1,76%	3,17%	3,17%	3,17%	3,17%	2,34%
% da Meta Atuarial	110,26%	77,35%	138,03%	205,56%	130,34%	130,34%	111,39%

Fonte: RAI 06.2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos em 1S2020 – FAPECE

De acordo com os relatórios analisados constatamos que os fundos CEF/FAPECE (INPC + 4,08% a.a.) e dois dos fundos, cujo *benchmark* do plano está atrelado ao índice IMA-B (Bradesco FFIC FI RF IMA-B-5 e Western Asset IMA-B-5 Ativo FI RF) e o fundo com *benchmark* do plano atrelado ao CDI (Itaú Active FIX IB MM FI), fecharam o primeiro semestre com *performance* acima do *benchmark*, situação diferente quando olhamos para os outros dois fundos atrelados ao IMA-B (BTG Pactual Tesouro IPCA Curto FI RF Ref. e Icatu Vanguarda Inflação Curta FI RF).

Ao compararmos com os resultados apurados em relação à meta atuarial (INPC + 4,08% a.a.) apenas o fundo Itaú Active não obteve *performance* superior.

### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

A estratégia dos 4 fundos IMA-B 5, como operação tática, foi a mesma: capturar o prêmio de risco da flutuação das taxas de juros dos títulos públicos marcados à mercado, com cenário de redução da taxa de juros (Selic). Essa estratégia já foi encerrada e o resgate dos recursos dos 4 veículos realizado. Analisamos o resultado da estratégia dos 4 veículos em conjunto e não isoladamente, pois os recursos foram fracionados entre os 4 veículos para não concentrar 100% do aporte num único fundo. A estratégia como um todo mostrou-se vencedora e o resgate total dos recursos alocados assegurou uma rentabilidade superior à meta atuarial, gerando *alpha* para a carteira de investimentos.

## Fundos de Investimentos – Renda Variável



Fonte: RAI06.2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos em 1S2020 – FAPECE

Resultado acumulado 1S2020	Fator Sinergia V-FIA	Bradesco FIA Dividendos	Jmalucelli Marlim Dividendos FIA	Renda variável
Rentabilidade	23,87%	-22,26%	-18,85%	-24,80%
Benchmark	-17,39%	-17,39%	-17,39%	-17,39%
% da Meta Atuarial	1020,09%	-951,28%	-805,56%	-1059,66%

Fonte: RAI06.2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos em 1S2020 – FAPECE

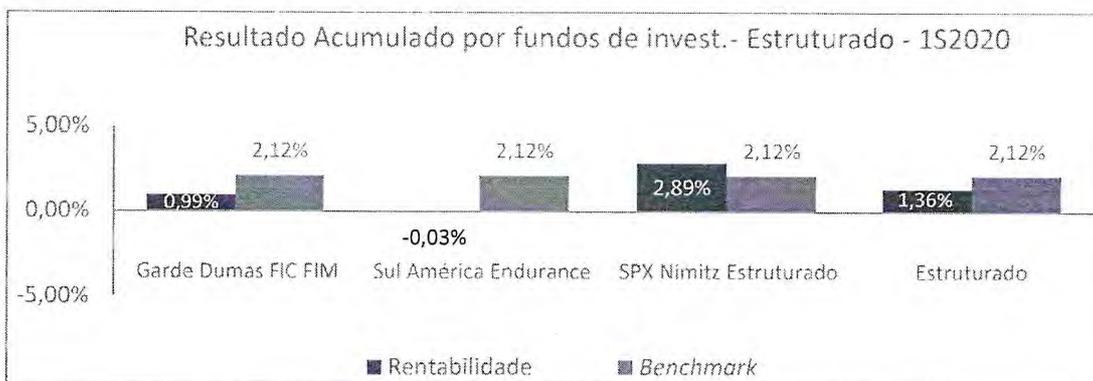
A partir dos resultados apurados, constatamos que o fundo Fator Sinergia fechou o semestre com *performance* acima do *benchmark* do plano (IBRX) situação diferente quando olhamos para o fundo Bradesco FIA e o fundo Jmalucelli Marlim Dividendos.

Ao compararmos com os resultados apurados em relação à meta atuarial (INPC + 4,08% a.a.) apenas o fundo Fator Sinergia V-FIA obteve *performance* superior.

### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

Ao analisar o segmento de renda variável, estamos analisando o segmento que apresenta maior volatilidade e, conseqüentemente, maior risco de mercado. Considerando o perfil do plano e a estrutura da sua carteira de investimentos (extremamente conservadora) a exposição nesse segmento é bastante diminuta, o que protege a carteira em caso de elevação da volatilidade, fato que se observou durante o 1º semestre de 2020 em razão da crise provocada pela pandemia do COVID-19. No entanto, estruturalmente vemos que ao contrário do que se observou com o *benchmark*, um dos fundos (Fator Sinergia V-FIA) apresentou *performance* positiva e os outros 2 fundos seguiram a tendência do mercado nesse período. No entanto, é preciso destacar que os fundos Bradesco FIA e Jmalucelli Marlim Dividendos operam com estratégia de dividendos, uma das mais conservadoras dentro do segmento de renda variável, reduzindo mais ainda o risco de perdas. Ademais, considerando que o horizonte de investimento da Entidade é de longo prazo e que dado o nível de liquidez adequada às necessidades do passivo atuarial, mesmo nesse momento de crise, dispensando a necessidade de realização de ativos de maior risco, torna-se possível manter os ativos em carteira e esperar a recuperação de seu valor ao longo do tempo, desprezando-se os resultados imediatos de curto prazo afetados pela crise, mas não realizados.

## Fundos de Investimentos – Estruturados



Fonte: RAI06/2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos em 1S2020 – FAPECE

Resultado acumulado 1S2020	Garde Dumas FIC FIM	Sul América Endurance	SPX Nimitz Estruturado	Estruturado
Rentabilidade	0,99%	-0,03%	2,89%	1,36%
Benchmark	2,12%	2,12%	2,12%	2,12%
% da Meta Atuarial	42,31%	-1,28%	123,50%	58,06%

Fonte: RAI06/2020 – Aditus / Planilha Rentabilidade dos Investimentos em 1S2020 – FAPECE

O fundo do segmento de investimentos estruturados SPX Nimitz Estruturado fechou o semestre com *performance* acima do *benchmark* do plano (120% CDI) diferente dos fundos Garde Dumas e Sul América Endurance.

Ao compararmos com os resultados apurados em relação à meta atuarial (INPC + 4,08% a.a.) apenas o fundo SPX Nimitz Estruturado obteve *performance* superior.

### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

A Entidade deve realizar ainda em 2020 um novo estudo de *ALM* destinado à revisão da carteira de investimentos do plano administrado, conforme as necessidades do passivo atuarial. A intenção da fundação é, a partir do novo estudo, visitar a estratégia do segmento Multimercado cerca de 2 (dois) anos depois do último ajuste realizado no segmento. De fato o fundo Sul América Endurance apresentou baixa *performance* no período da análise, mas a reestruturação no segmento Estruturados, realizada em meados de 2018, considerou a alocação em 3 fundos com estratégias distintas e descorrelacionadas entre si, de forma que a análise individual da *performance* de cada veículo pode não se mostrar a mais adequada, pois preferimos avaliar a *performance* global dos 3 fundos, ou seja, a *performance* da estratégia que foi desenhada. É plenamente justificável que em razão do descorrelacionamento das estratégias, determinado veículo perca um pouco de *performance* enquanto outros apresentam bom desempenho. Para nós, o que vale é a estratégia global, objetivando o propósito maior de preservar o capital do que o de simplesmente buscar *performance* a todo custo, em detrimento do nível de risco adequado ao perfil da nossa massa de participantes e do próprio plano (maduro). Contudo, como dito, a carteira do segmento Multimercado deve passar por novos ajustes a partir das recomendações do novo estudo de *ALM*.

### 2.4. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

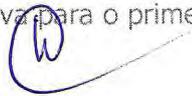
No capítulo **Investimentos** estão relatados os principais pontos do processo de investimento e dos ativos: sua composição, seus limites, seus riscos. O que aqui não está objetivamente descrito foi analisado nos documentos que fazem parte integrante

deste relatório. Destaque para concentração nas aplicações de menor risco, prefixadas, títulos públicos que facilitam a gestão dos negócios.

A Diretoria Executiva, de acordo com suas atas, abordou em suas reuniões o tema investimentos, acompanhando e monitorando todas as movimentações e resultados das carteiras, segmentos e gestores. Os resultados dos investimentos do primeiro semestre foram fortemente afetados pelos efeitos da pandemia do COVID-19, fazendo com que muitos segmentos não atingissem os resultados esperados.

Desta forma, com base nas informações analisadas e comentários da Diretoria Executiva, este Conselho conclui que a gestão dos recursos garantidores está enquadrada e aderente à legislação vigente e as Políticas de Investimento, além disso, ficou evidenciado que a Diretoria Executiva monitora e acompanha seus resultados.

**Não são necessárias recomendações**, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre.



### 3. ATUARIAL

#### 3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

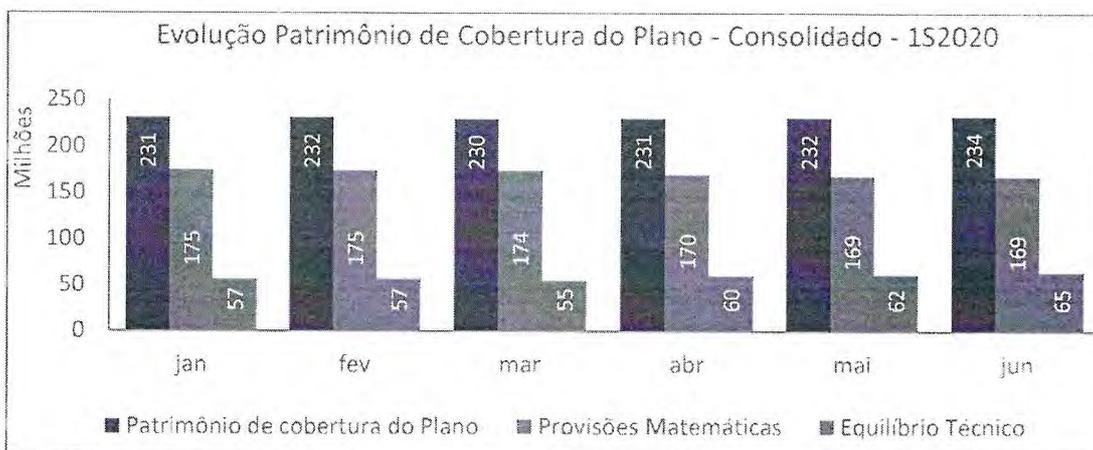
PATRIMÔNIO SOCIAL 1S2020			
Conta	Posição 2S2019	Posição 1S2020	Variação
	R\$	R\$	%
<b>Patrimônio social</b>	<b>230.717.058</b>	<b>234.543.351</b>	<b>1,66%</b>
<b>Fundos</b>	<b>743.239</b>	<b>903.753</b>	<b>21,60%</b>
Investimentos	3.577	4.308	20,42%
Administrativos	739.662	899.446	21,60%
<b>Patrimônio de cobertura do Plano</b>	<b>229.973.819</b>	<b>233.639.597</b>	<b>1,59%</b>

Fonte: Balancete consolidado 12.2019 e 06.2020 – FAPECE

#### 3.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas provisões matemáticas e equilíbrio técnico. As provisões matemáticas são os compromissos da fundação em relação aos seus participantes, o que corresponde à soma de benefícios concedidos e a conceder. Já o equilíbrio técnico demonstra os resultados realizados, ou seja, superávit/déficit técnico acumulado.

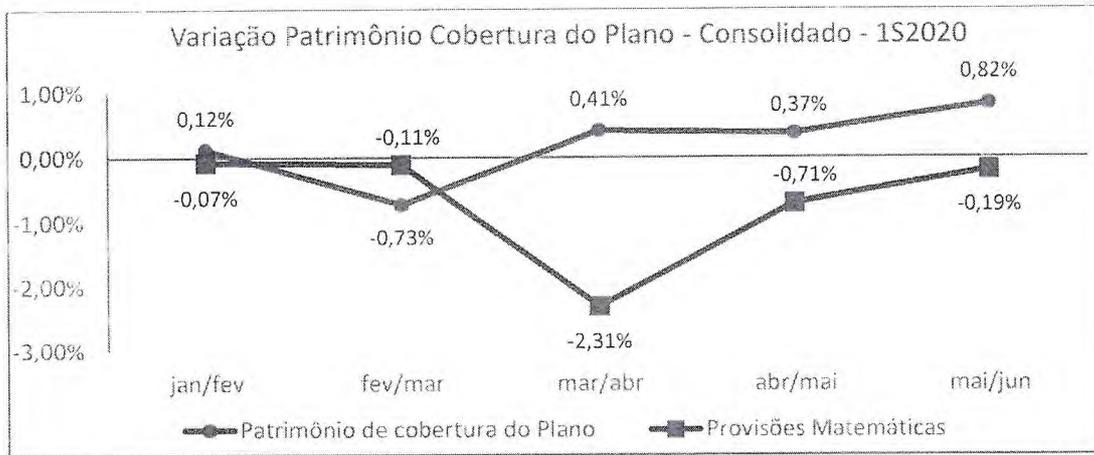
O patrimônio do plano consolidado da Entidade evoluiu da seguinte forma durante primeiro semestre.



Fonte: Balancete consolidado 1S2020 – FAPECE

Ao final do semestre, o plano PBD apresentava aproximadamente R\$ 234 milhões de patrimônio de cobertura do plano, demonstrando uma evolução positiva e superior às provisões matemáticas, apurando ao final do primeiro semestre um superávit técnico de aproximadamente R\$ 65 milhões.

Ainda com relação ao patrimônio de cobertura do plano, analisamos sua variação em relação às provisões matemáticas e apuramos o seguinte cenário ao final primeiro semestre.



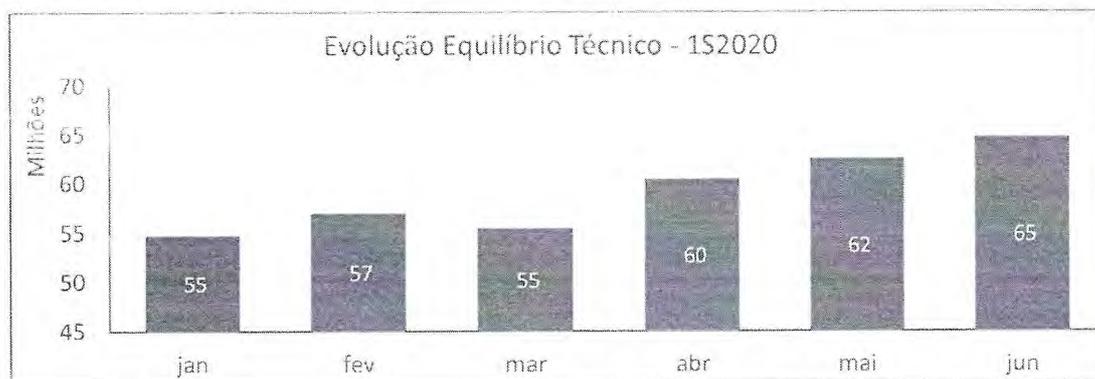
*Fonte: Balancete consolidado 1S2020 – FAPECE*

As variações do patrimônio de cobertura do plano em relação às provisões matemáticas se mostraram desalinhadas ao longo do período, com uma queda brusca de 2,31% nas provisões matemáticas, no mês de abril, contudo ao final do semestre o plano manteve seu resultado positivo.

De acordo com a justificativa do atuário, no mês de abril as provisões reduziram 2,31% em relação ao mês anterior, pois houve a redução tanto no BaC, de -2,58%, quanto de BC, de -1,61%. A redução no BaC decorre de dois fatores: a) redução nos salários de vários participantes com variações maiores do que 10%, que totalizam uma diferença de RM de R\$ 2.342.259; e b) saída de três participantes do cadastro de ativos, cujas reservas totalizavam R\$ 1.763.392. A redução no BC decorre de 1 aposentado a menos (RM de R\$ 613.650) e 3 pensionistas (RM de R\$ 187.596). Essa justificativa está contemplada na ata da reunião ordinária conjunta 173ª do Conselho Deliberativo e 195ª do Conselho Fiscal realizada em 27/05/2020.

A Entidade realiza o acompanhamento da evolução e variação do patrimônio de cobertura do plano e provisões matemáticas mensalmente, ao passo que a base de dados utilizada pelo atuário é atualizada trimestralmente.

Com relação aos resultados do plano, atualizando os valores contabilizados, foi verificado um superávit técnico de aproximadamente R\$65 milhões correspondentes a aproximadamente 38% das provisões matemáticas.



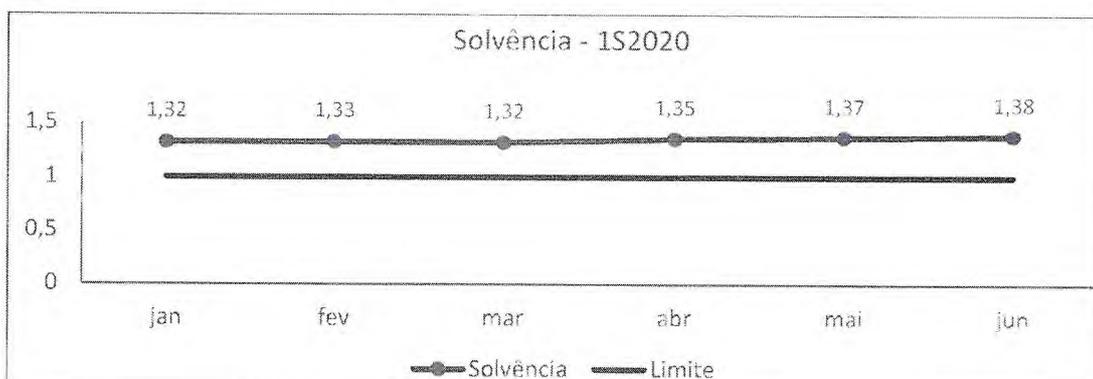
*Fonte: Balancete consolidado 1S2020 – FAPECE*

### 3.3. SOLVÊNCIA

A Solvência de um plano é definida pelo patrimônio de cobertura do plano dividido pelas provisões matemáticas. O acompanhamento da solvência é relevante para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pelos planos de benefícios.

definidos, e estabelecer correções de rotas, seja através de revisão nas contribuições, revisão nas Políticas de Investimento, ou revisão da aderência das hipóteses atuariais.

Ao longo do primeiro semestre a evolução da solvência do plano PBD se apresentou equilibrada em todos os meses.



Fonte: Balancete consolidado 1S2020 – FAPECE

### 3.4. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Resolução CNPC nº 30/2018 em seu art. 2º, inciso I, define que Avaliação Atuarial é o estudo técnico elaborado por atuário devidamente habilitado, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, por meio da qual a EFPC dimensiona o valor das reservas matemáticas, dos fundos previdenciais e de outros compromissos do plano de benefícios, de forma a estabelecer o adequado plano de custeio e permitir o planejamento de longo prazo das obrigações de natureza previdencial. Desta forma, para cumprir as exigências do normativo as EFPCs devem realizar ao final de cada exercício a avaliação atuarial de seus planos de benefícios.

Segundo a Instrução PREVIC nº 10/2018, em seu art. 31º, todas as hipóteses atuariais adotadas em avaliação atuarial de plano de benefícios devem estar embasadas em estudo técnico de adequação que comprovem, de acordo com o art. 32º, incisos I e II, da Resolução CNPC nº 30/2018, a convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores relacionados aos benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão; e a aderência das demais hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Sendo assim, em atendimento aos normativos a Entidade realizou a Avaliação Atuarial ao final do ano de 2019 válida para o exercício de 2020, cujo o estudo técnico de adequação das hipóteses econômicas e financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 168ª ordinária de 26/12/2019 e seus resultados apresentados nas reuniões ordinárias 170ª de 28/02/2020 do Conselho Deliberativo 192ª de 30/01/2020 do Conselho Fiscal e estão aqui apresentadas de forma resumida.

#### 3.4.1. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

Com base nos resultados dos estudos técnicos de aderência VESTING-Fapece-2019/04, de 17/12/2019 e VESTING-Fapece-2019/05, de 18/12/2019 realizados pela consultoria

atuarial Vesting, para a avaliação atuarial de 2019 fez-se necessária a alteração de duas premissas atuarias:

-Taxa Real anual de juros, de 4,50% ao ano para 4,08% ao ano; e

-Fator de Determinação do Valor Real de Salários e de Benefícios, de 0,9822 para 0,9833, face redução da taxa estimada de inflação de longo prazo, de 4,00% ao ano para 3,75% ao ano.

### 3.4.2. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento

O método de financiamento é o agregado. Os regimes financeiros são: (i) de capitalização, para os benefícios de aposentadorias e de pensão; e (ii) de repartição simples, para os benefícios de pecúlio por morte e de auxílio-doença. Em comparação à avaliação atuarial de 31/12/2018 não ocorreram modificações, seja do método, seja dos regimes financeiros.

### 3.4.3. Equilíbrio Técnico

No encerramento do exercício de 2019 o plano de benefícios da Entidade registrou superávit técnico, de R\$57.688.971,43. Referido valor corresponde a 33,48% das provisões matemáticas (32,75% em 2018). Deste resultado foi inscrito em Reserva de Contingência o valor de R\$32.217.266,53, correspondente a 18,70% das provisões matemáticas totais, e o saldo de R\$25.471.704,90 como Reserva Especial, conforme disciplina o art. 15 da Resolução CNPC nº 30/2018.

### 3.4.4. Situação Patrimonial e Atuarial

Conforme valores constantes nos balancetes de 31/12/2018 e 31/12/2019, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do plano de benefícios da Entidade. Assim como, os resultados da avaliação atuarial realizada com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados.

RUBRICA	31/12/2018	31/12/2019	Variação %
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS (2 + 3)</b>	<b>161.289.486,18</b>	<b>172.284.847,76</b>	<b>6,82%</b>
<b>2. BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>115.967.142,99</b>	<b>123.984.866,96</b>	<b>6,91%</b>
2.1. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros	116.091.989,07	124.212.329,66	6,99%
2.2. (Valor Presente Atuarial das Contribuições Futuras)	(124.846,08)	(227.462,70)	82,19%
<b>3. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>45.322.343,19</b>	<b>48.299.980,80</b>	<b>6,57%</b>
<b>4. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>214.115.236,72</b>	<b>229.973.819,19</b>	<b>7,41%</b>
<b>RESULTADO ATUARIAL (4 - 1)</b>	<b>52.825.750,54</b>	<b>57.688.971,43</b>	<b>9,21%</b>

Fonte: Balancetes de dez/2018 e dez/2019 e cálculos do atuário.

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – Vesting

Em relação a 31/12/2018, a variação monetária do resultado acumulado, de mais R\$ 4.863.220,89 (R\$57.688.971,43 – R\$52.825.750,54), na direção do aumento do superávit, expressa, de um lado, a variação positiva do Patrimônio de Cobertura do Plano que aumentou R\$15.858.582,47 (R\$229.973.819,19 – R\$214.115.236,72) e, de outro lado, a variação das provisões matemáticas, que resultou em R\$10.995.361,58 (R\$172.284.847,76 – R\$161.289.486,18), concorrendo para o aumento do resultado atuarial.

### 3.4.5. Plano de Custeio

#### Custeio Previdenciário

O plano de custeio está estabelecido nos artigos 70 e 71 do Regulamento, cuja tabela de contribuição correspondente, reproduzida no Quadro Nº 3, é atualizada, anualmente, em primeiro de maio do ano calendário, pelo Valor de Referência definido no artigo 67

que, por sua vez, é atualizado pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

### QUADRO Nº 3 - TABELA DE CONTRIBUIÇÃO VIGENTE EM 31/12/2019

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (EM R\$)		PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR	LIMITE DE DESCONTO	
R\$0,00	a	R\$2.259,74	4,04%	R\$0,00	R\$91,29
R\$2.259,75	a	R\$4.519,47	6,73%	R\$60,78	R\$243,38
R\$4.519,48	a	R\$11.298,68	16,16%	R\$486,97	R\$1.338,90

Nota: Valor de referência do Plano: R\$ 5.649,34, a partir de 01/05/2019.

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – Vesting

Em razão da situação superavitária do plano de benefícios, recomenda-se para 2020 a manutenção do plano de custeio praticado em 2019, correspondente à tabela de contribuições reproduzida no Quadro Nº 3, atualizada para 2020 na forma estabelecida no Regulamento.

#### Custeio Administrativo

Para custear as despesas administrativas, nesta avaliação atuarial, foi mantido o percentual de 15% aplicado em 2019 sobre as receitas de contribuições vertidas em favor do plano de benefícios.

### 3.5. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Atuarial** estão relatados a evolução do patrimônio de cobertura do plano, os resultados superavitários, assim como o resultado da avaliação atuarial do plano de custeio para o ano vigente.

Os resultados apurados ao final do semestre são superavitários e o plano encontra-se solvente.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão do passivo está enquadrada e aderente à legislação vigente e ao perfil do plano, além disso, ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

**Não são necessárias recomendações**, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre.

#### 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Resolução CGPC nº 29/2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas das EFPCs, estabeleceu o Conselho Deliberativo, ou outra instância estatutária competente, deve definir as fontes de custeio, observados os regulamentos dos planos de benefícios, e fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, bem como as metas para os indicadores de gestão para avaliação objetiva das despesas administrativas, inclusive gastos com pessoal, quando da aprovação do orçamento anual. Além disso, o Conselho Deliberativo deverá aprovar o regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA, no qual, deverá constar estas e demais informações conforme estabelecidas na Resolução CGPC nº 28/2009.

O normativo, entre outras coisas, também define que cabe ao Conselho Fiscal o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004.

Em consonância ao que estabelece a legislação, a Entidade elaborou o regulamento do PGA de acordo com os critérios definidos pela legislação, cuja última versão está datada em 27/06/2016 e anualmente a Diretoria Executiva propõe o orçamento e as metas para os indicadores de gestão, incluindo os desvios aceitos para a aprovação do Conselho Deliberativo.

O orçamento e metas aqui detalhados foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em sua 168ª reunião ordinária de 26/12/2019.

Os acompanhamentos do orçamento e indicadores de gestão são feitos mensalmente com reportes aos Conselhos Deliberativo e Fiscal em suas reuniões ordinárias e estão inclusive registrados nas atas dos colegiados.

#### 4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS ORÇADOS VERSOS REALIZADOS

##### 4.1.1. Na Atividade Previdencial

Conta	Orçado	Realizado	Variação	Diferença
	R\$	R\$	%	R\$
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>1.958.053</b>	<b>7.034.824</b>	<b>259%</b>	<b>5.076.771</b>
<b>ADIÇÕES</b>	<b>3.731.292</b>	<b>3.453.864</b>	<b>-7%</b>	<b>(277.428)</b>
CORRENTES	2.068.568	2.144.591	4%	76.023
PATROCINADOR(ES)	933.707	904.448	-3%	(29.259)
PARTICIPANTES	1.134.861	1.240.143	9%	105.282
RECURSOS PROVENIT DE CONTRIB CONTRATADAS	1.662.724	1.309.273	-21%	(353.451)
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>(2.627.982)</b>	<b>(2.591.972)</b>	<b>-1%</b>	<b>36.010</b>
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	(2.582.263)	(2.568.343)	-1%	13.920
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO ÚNICA	(15.603)	(18.404)	18%	(2.801)
INSTITUTOS	(30.115)	(5.225)	-83%	24.890
OUTRAS DEDUÇÕES	-	-	0%	-
<b>CONTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>
<b>COBERTURA/REVERSÃO DE DESP. ADMINIST</b>	<b>(310.285)</b>	<b>(300.895)</b>	<b>-3%</b>	<b>9.390</b>
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>6.870.908</b>	<b>3.104.782</b>	<b>-55%</b>	<b>(3.766.126)</b>
<b>CONTITUIÇÕES/REVERSÃO DE PROV ATUARIAIS</b>	<b>(5.705.880)</b>	<b>3.369.046</b>	<b>-159%</b>	<b>9.074.926</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO</b>	<b>(1.608.459)</b>	<b>(7.034.824)</b>	<b>337%</b>	<b>(5.426.365)</b>

Fonte: Relatório Análise Comparativa Sintética 06.2020 - FAPECE

A atividade previdencial apresentou no geral resultado superior ao orçado durante o primeiro semestre. Destacamos a seguir apenas as rubricas cuja variação superou a margem estabelecida pelo Conselho Deliberativo de +/- 10%, todas justificadas pela Diretoria Executiva.

## ADIÇÕES

(-) RECURSOS PROVENIT DE CONTRIB CONTRATADAS - O planejamento da atualização monetária da dívida, considerou de janeiro a junho de 2020, o INPC acumulado acima do INPC divulgado. Os índices estão bem abaixo do previsto.

## DEDUÇÕES

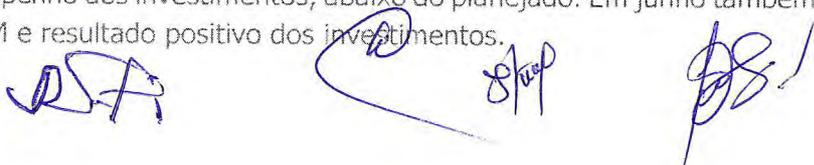
(+) BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO ÚNICA - Os benefícios de prestação única, foram projetados com base nos saldos de novembro/2019. Em fevereiro de 2020, foi realizado pagamento de pecúlio relacionado a um valor alto de benefício.

(-) INSTITUTOS - Os valores orçados, com base no saldo de novembro/2019, saldo este que refletia atualização monetária utilizando INPC bem acima do INPC acumulado do ano de 2020. Em abril e maio o índice real foi negativo enaturalmente não foi orçado nenhum índice negativo para 2020. Em junho o INPC foi de 0,30%.

(-) FLUXO DOS INVESTIMENTOS - A rentabilidade dos fundos de investimento foi orçada considerando o saldo de investimentos de novembro/2019, atualizado pelo INPC projetado para 2020. Os índices reais de 2020 estão bem abaixo dos de 2019. Com a situação de pandemia em 2020, o retorno dos investimentos está bem abaixo do previsto. Não foram orçadas variações negativas para o período e no mês de março alguns fundos apresentaram resultados negativos e o resultado geral dos investimentos foi negativo.

(-) CONTITUIÇÕES/REVERSÃO DE PROV ATUARIAIS - O valor de benefício concedidos e a conceder foram orçados com base no saldo de novembro/2019. Desta forma foram orçadas apenas a constituição de provisões matemáticas. Nos meses de janeiro a junho, houve reversão das provisões.

(+) SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO - O resultado do plano foi orçado considerando a constituição de valores das reservas matemáticas. Em abril houve uma reversão de R\$ 4.033.725,54 no valor das reservas, elevando consideravelmente o valor do superávit, mesmo com um desempenho dos investimentos, abaixo do planejado. Em junho também houve reversão das RM e resultado positivo dos investimentos.



#### 4.1.2. Na Atividade Administrativa

Conta	Orçado	Realizado	Varição	Diferença
	R\$	R\$	%	R\$
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>60.857</b>	<b>1.100</b>	<b>-98%</b>	<b>(59.757)</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>1.097.179</b>	<b>1.002.134</b>	<b>-9%</b>	<b>(95.045)</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	310.285	300.895	-3%	(9.390)
PATROCINADOR(ES)	140.056	135.667	-3%	(4.389)
PARTICIPANTES	170.229	165.228	-3%	(5.001)
INVESTIMENTOS	786.894	701.238	-11%	(85.655)
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	786.557	701.048	-11%	(85.509)
TAXA ADMINISTRAÇÃO EMPREST FINANCIAMENTO	337	191	-43%	(146)
<b>DESPESAS</b>	<b>(937.685)</b>	<b>(856.404)</b>	<b>-9%</b>	<b>81.281</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	(480.701)	(442.302)	-8%	38.399
DESPESAS ESPECÍFICAS	(480.701)	(442.302)	-8%	38.399
PESSOAL E ENCARGOS	(252.988)	(254.045)	0%	(1.057)
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(22.805)	(7.225)	-68%	15.579
VIAGENS E ESTADIAS	(2.901)	-	-100%	2.901
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(129.240)	(111.806)	-13%	17.434
DESPESAS GERAIS	(49.573)	(44.488)	-10%	5.085
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.916)	(1.086)	-43%	831
TRIBUTOS	(21.278)	(23.652)	11%	(2.374)
INVESTIMENTOS	(456.984)	(414.102)	-9%	42.883
DESPESAS ESPECÍFICAS	(456.984)	(414.102)	-9%	42.883
PESSOAL E ENCARGOS	(252.838)	(254.045)	0%	(1.207)
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(22.805)	(7.225)	-68%	15.579
VIAGENS E ESTADIAS	(2.901)	-	-100%	2.901
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(105.673)	(83.606)	-21%	22.067
DESPESAS GERAIS	(49.573)	(44.488)	-10%	5.085
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.916)	(1.086)	-43%	831
TRIBUTOS	(21.278)	(23.652)	11%	(2.374)
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>15.612</b>	<b>15.154</b>	<b>-3%</b>	<b>(458)</b>
<b>CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS</b>	<b>(114.248)</b>	<b>(159.784)</b>	<b>40%</b>	<b>(45.535)</b>

Fonte: Relatório Análise Comparativa Contábil 06.2020 - FAPECE

Analisando o resultado da Gestão Administrativa, durante o primeiro semestre, notamos que as receitas e as despesas foram menores que as estimadas, mas resultaram em um saldo positivo. Destacamos a seguir apenas as rubricas cuja variação superou a margem estabelecida pelo Conselho Deliberativo de +/-10%, todas justificadas pela Diretoria Executiva.

#### RECEITAS

(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS - A rentabilidade abaixo do esperado, impactou no resultado do custeio dos investimentos, menor do que o planejado.

(-) TAXA ADMINISTRAÇÃO EMPREST FINANCIAMENTO - O valor foi orçado com base no saldo de novembro de 2019 e com a amortização das parcelas ocorre a redução do valor da taxa administrativa.

#### DESPESAS

(-) TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS - Foram aprovadas verbas para inscrição de diretores, conselheiros e funcionários com base no orçamento de 2019 e pensando na necessidade de preparação dos novos conselheiros que ingressariam no quadro da entidade em 2020. Porém, devido ao período de pandemia e incertezas, não está sendo possível a realização de treinamentos de forma presencial como o previsto. Foram realizados alguns treinamentos online com um custo menor.

(-) VIAGENS E ESTADIAS - Os valores orçados foram planejados com base nas diárias pagas em 2019. Em 2020, com a pandemia, reduziu-se sensivelmente a possibilidade de participação em eventos presenciais fora do estado.

(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS-A rubrica de serviços de terceiros envolve diversos grupos e, portanto, sua variação foi ocasionada por vários eventos: Foram planejados gastos com a defesa dos diretores autuados pela fiscalização realizada em 2014 com base nas despesas de 2019. Até junho, foram registradas despesas menores que o previsto; no planejamento para 2020, foram orçadas despesas com organização do arquivo da Entidade, conforme proposta apresentada pelo prestador de serviços em 2019. O valor total foi dividido nos 12 meses do exercício e está sendo registrado conforme a execução dos serviços, por isso a realização abaixo do previsto; para o orçamento de 2020 o Conselho aprovou dotação para realização de reformas na sede da Entidade. Devido ao período de pandemia não está sendo possível realizar as reformas previstas; Com base no orçamento de 2019, foram orçadas para 2020 despesas para adequação dos processos e possível contratação de sistemas e consultorias voltadas à LGPD; Com base no orçamento de 2019, foram orçadas despesas com a contratação do SISOB, porém, o sistema foi temporariamente suspenso em razão da rescisão do contrato com a ABRAPP.

(-) DESPESAS GERAIS - A rubrica de despesas gerais também envolve diversos grupos cujas despesas foram previstas quase que em sua totalidade com base nos gastos efetivados em 2019. Com a pandemia do COVID-19 e a necessidade de isolamento social imposto pelas autoridades, muitos desses gastos foram reduzidos, tais como material para manutenção, água, energia, telefone, correios e malotes, cartórios etc. Em contrapartida, algumas delas aumentaram, pois estavam previstos valores menores ou não previstos e tiveram que ser efetivadas para possibilitar o trabalho em regime de *home office* e garantir a segurança dos participantes, colaboradores, diretores e conselheiros, tais como: materiais e insumos de informática, comunicação de dados, condução e transporte.

(-) DEPRECIações E AMORTIZAções - A projeção da depreciação foi calculada, considerando a aquisição de móveis e utensílios em 2020, aquisições ainda não realizadas até o período.

(+) TRIBUTOS - Os valores dos tributos foram orçados com base nas receitas de 2019. Não foram planejados, considerando a prudência, o recebimento das parcelas especiais da dívida, uma delas recebida em junho/20.

(+) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS - O valor projetado de constituição do fundo administrativo foi calculado com base nas despesas planejadas. O valor das despesas administrativas orçadas é menor do que o valor realizado no ano.

#### 4.1.3. Fluxo de Investimentos

Conta	Orçado	Realizado	Varição	Diferença
	R\$	R\$	%	R\$
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.120.229)</b>	<b>(664.547)</b>	<b>-41%</b>	<b>455.682</b>
<b>RENDAS/VARIAÇÕES POSITIVAS</b>	<b>6.643.533</b>	<b>5.337.965</b>	<b>-20%</b>	<b>(1.305.567)</b>
<b>DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS</b>	<b>(89.245)</b>	<b>(2.180.607)</b>	<b>2343%</b>	<b>(2.091.362)</b>
<b>COBERTURA/REVERSÃO DE DESP. ADMINIST.</b>	<b>(786.894)</b>	<b>(701.238)</b>	<b>-11%</b>	<b>85.655</b>
<b>CONSTITUICAO/REVERSAO DE FUNDOS</b>	<b>(1.103)</b>	<b>(731)</b>	<b>-34%</b>	<b>373</b>
<b>APURACAO DO FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>(6.886.520)</b>	<b>(3.119.935)</b>	<b>-55%</b>	<b>3.766.584</b>

Fonte: Relatório Análise Comparativa Sintética 06.2020 - FAPECE

Os resultados obtidos pelo fluxo de investimentos, ao final do primeiro semestre, ficaram abaixo do previsto, impactado principalmente pela a pandemia do COVID-19. As

rentabilidades dos fundos de investimentos foram orçadas considerando o saldo de investimentos de novembro/2019, atualizado pelo INPC projetado para 2020. Os índices reais de 2020, estão bem abaixo dos projetados. Além disso, não são orçadas variações negativas para os investimentos devido a dificuldade de previsibilidade do mercado financeiro que pode se movimentar para cima ou para baixo influenciado pelos mais diversos fatores externos.

#### 4.2. ACOMPANHAMENTO PGA

Conforme a Resolução CGPC nº 29/2009 caberá ao Conselho Fiscal da EFPC o acompanhamento e controle dos indicadores de gestão das despesas administrativas estabelecidas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativo – PGA.

Além disso, o mesmo normativo estabelece que a Entidade deve também monitorar e acompanhar o limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa, observado o custeio pelo patrocinador, participantes e assistidos, limitando um entre os seguintes: taxa de administração de até 1% (um por cento); ou taxa de carregamento de até 9% (nove por cento). Ainda segundo a Resolução CGPC nº 29/2009, o plano ou conjunto dos planos de benefícios de que trata a Lei Complementar nº 108, de 2001, mesmo que administrado por EFPC sujeita exclusivamente à disciplina da Lei Complementar nº 109, de 2001, deverá submeter-se aos mesmo limites estabelecidos no normativo.

Sendo assim, a Entidade realizou acompanhamentos mensais dos indicadores de gestão e do enquadramento do limite de transferência de recursos para o PGA e os apresentou nas reuniões ordinárias mensais dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

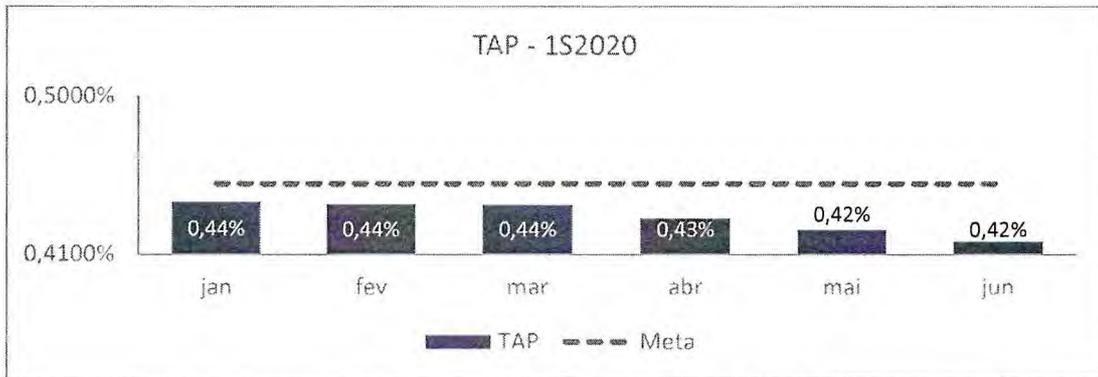
##### 4.2.1. Indicadores de Gestão

Os indicadores de gestão devem possibilitar a avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, permitindo à Entidade a realizar ajustes no decorrer do ano e ainda evitar gastos desnecessários ou excessivos. Tais indicadores estão previstos no Regulamento do PGA da Entidade, vigente desde julho de 2016, e suas metas foram fixadas pelo Conselho Deliberativo em sua 168ª reunião ordinária de 26/12/2019.

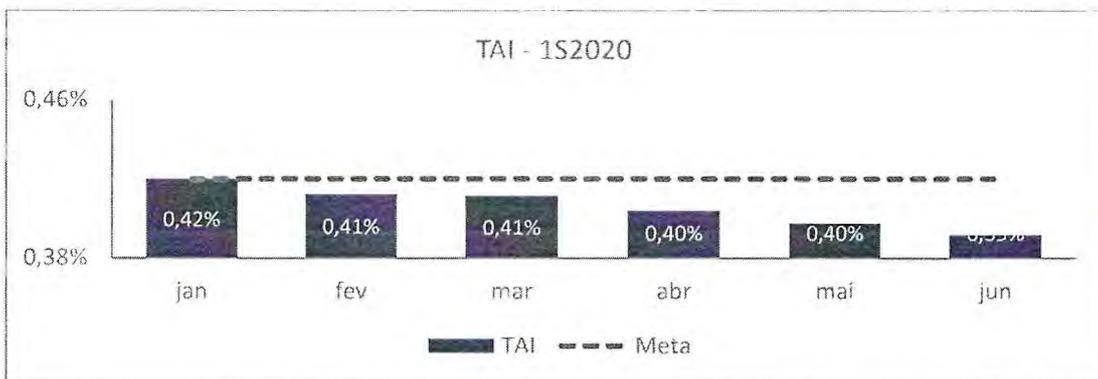
INDICADORES DE GESTÃO – PGA				
TAP	= DAP , onde:	TAP = Taxa de Administração Previdencial	META 2020	Varição -/+ 10%
	RG	DAP = Despesas Administrativas Previdenciais	0,45%	0,50%
		RG = Recursos Garantidores		0,41%
TAI	= DAI , onde:	TAI = Taxa de Administração dos Investimentos	META 2020	Varição -/+ 10%
	RG	DAI = Despesas Administrativas dos Investimentos	0,42%	0,46%
		RG = Recursos garantidores		0,38%
TAT	= DAT , onde:	TAT = Taxa de Administração Total	META 2020	Varição -/+ 10%
	RG	DAT = Despesa Administrativa Total	0,87%	0,96%
		RG = Recursos Garantidores		0,78%
CAPC	= DĀT , onde:	CAPC = Custo Administrativo Per Capta	META 2020	Varição -/+ 10%
	PP	DAT = Despesas Administrativas Totais	4.544,27	R\$ 4.999
		PP = População do Plano		R\$ 4.090
PDP	= DP + E , onde:	PDP = Participação da Despesa de Pessoal	META 2020	Varição -/+ 10%
	DAT	DP + E = Despesa de Pessoal + Encargos	54,27%	59,70%
		DAT = Despesa Administrativa Total		48,84%
IDG	= DG , onde:	IDG = Índice de Despesas Gerais	META 2020	Varição -/+ 10%
	DAT	DG = Despesas Gerais	11,26%	12,39%
		DAT = Despesa Administrativa Total		10,13%
IST	= DST , onde:	IST = Índice de Terceirização	META 2020	Varição -/+ 10%
	DAT	DST = Despesas com serviços de terceiros	23,63%	25,99%
		DAT = Despesa Administrativa Total		21,27%

Fonte: Regulamento PGA 07.2016 / Planilha Comparação Metas Indicadores 15/2020 - FAPECE

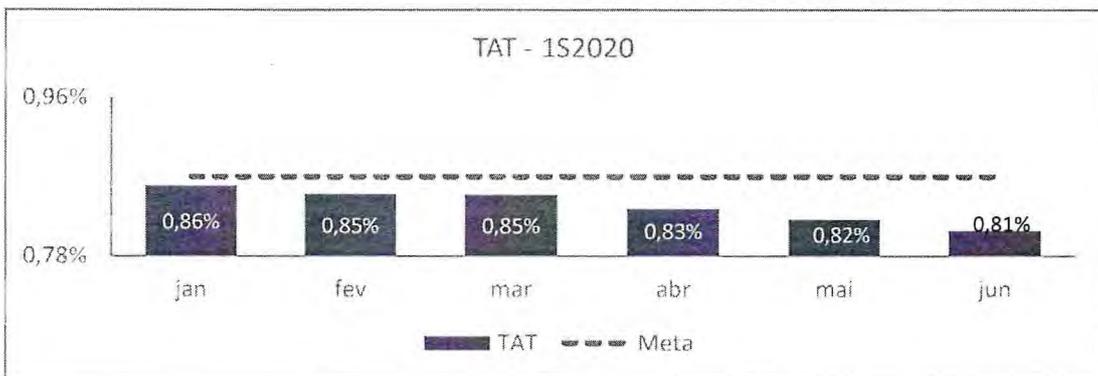
Analisando os cálculos apresentados pela Entidade, podemos constatar os resultados de cada um dos indicadores em relação as suas metas e limites de variação e, desta forma, temos ao final do semestre a seguinte situação:



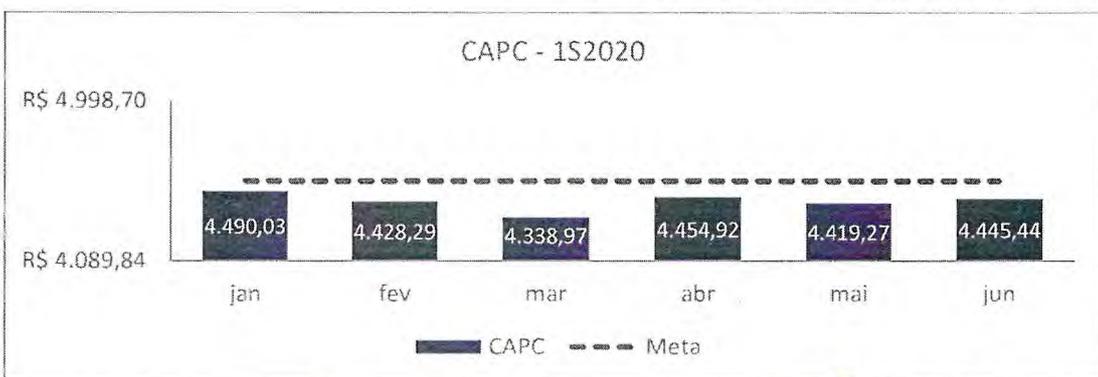
Fonte: Planilha Comparação Metas Indicadores 1S2020 - FAPECE



Fonte: Planilha Comparação Metas Indicadores 1S2020 - FAPECE

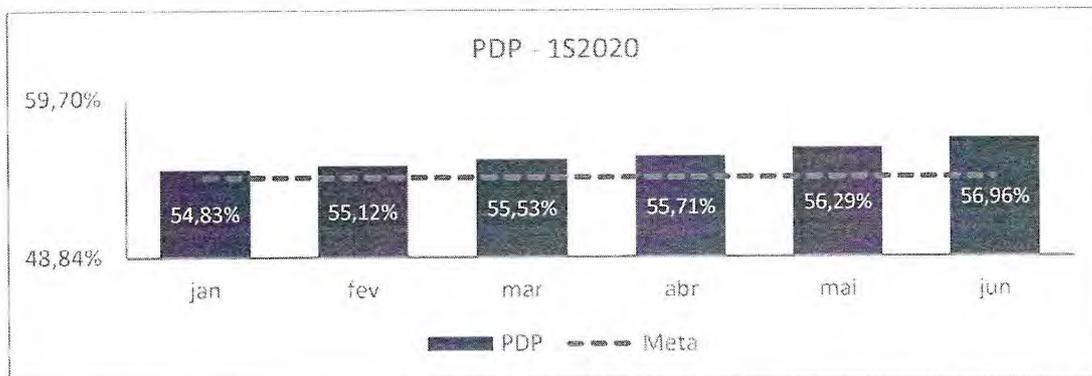


Fonte: Planilha Comparação Metas Indicadores 1S2020 - FAPECE

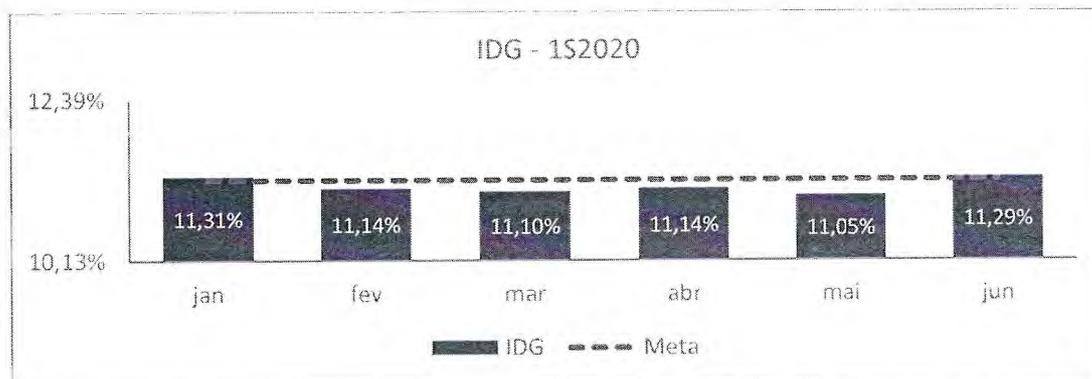


Fonte: Planilha Comparação Metas Indicadores 1S2020 - FAPECE

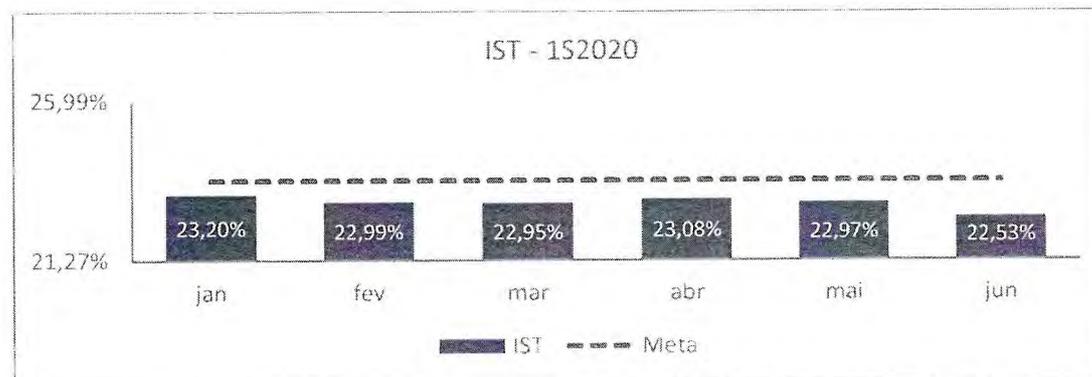
Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.



*Fonte: Planilha Comparação Metas Indicadores 1S2020 - FAPECE*



*Fonte: Planilha Comparação Metas Indicadores 1S2020 - FAPECE*



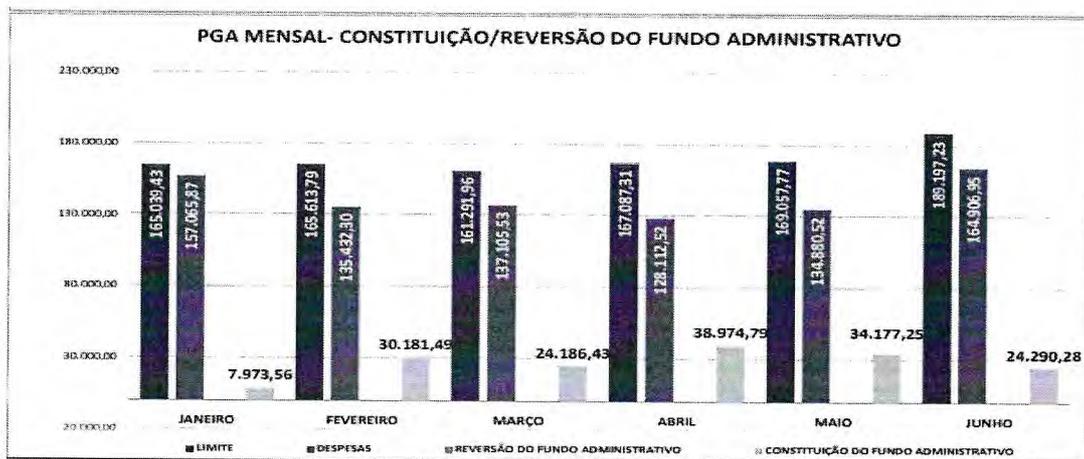
*Fonte: Planilha Comparação Metas Indicadores 1S2020 - FAPECE*

Com base nas informações demonstradas por meio dos gráficos anteriores percebemos que em alguns meses os indicadores ultrapassaram ou não atingiram suas metas, porém nenhum deles extrapolou os limites de variação para os resultados em relação as suas metas de  $\pm 10\%$ , estando de acordo com o estabelecido.

#### 4.2.2. Enquadramento limite de transferência

Como forma de estar em *compliance* com a legislação e manter os limites de transferência do custeio administrativo em 1% dos recursos garantidores, a Entidade apurou mensalmente os valores e realizou as transferências para o PGA.

Ao final do semestre foram apresentados os seguintes resultados acumulados.



*Cálculo do Custeio Administrativo PGA 2020 - 1S2020 - FAPECE*



*Cálculo do Custeio Administrativo PGA 2020 - 1S2020 - FAPECE*

Pelos resultados apresentados entendemos que a Entidade se manteve aderente aos limites de transferência do custeio administrativo no exercício de 2019.

#### 4.3. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Execução Orçamentária** estão descritos os resultados realizados, seus principais desvios e suas justificativas, assim como as análises dos indicadores de gestão e enquadramento dos limites de transferência do PGA.

A realização dos eventos, por vezes, ocorre em cenário diferente da situação analisada à época da elaboração do orçamento. Fica sempre a preocupação de procurar ficar o mais próximo das variações futuras. Importante destacar o acompanhamento mensal pelos órgãos de governança dos valores atingidos e dos desvios acima ou abaixo de 10%. O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia do COVID-19 fazendo com que muitas das rubricas do orçamento apresentassem diferenças significativas em relação ao orçado.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que a gestão orçamentária está aderente ao previsto, e ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

**Não são necessárias recomendações**, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre.

Contudo, o Conselho Fiscal manterá sua atenção neste item para o próximo semestre, principalmente com relação aos efeitos da pandemia nos resultados da Entidade.

## **5. AMBIENTE DE CONTROLE**

### **5.1. OBJETIVO**

Entre os fatores de risco analisados e indicados nos sistemas de controles mundiais, inclusive por orientação da legislação nacional, a Resolução nº 13/2004, mais especificamente, o ambiente de controle é fator relevante para orientar a percepção dos níveis de riscos desejados e existentes na Entidade.

O primeiro deles é a estrutura formal designada para gestão, controles internos, gestão de riscos, auditoria interna e externa. Além dos ritos e procedimentos de controle e reporte estabelecidos na Entidade.

O principal objetivo deste Conselho Fiscal, ao analisar este item, é verificar a importância e dedicação dispensada aos órgãos de gestão e controle para que a Entidade possa atingir seus objetivos de curto, médio e longo prazos.

As estruturas relacionadas ao controle que dão apoio às decisões deliberativas e subsidiam os órgãos de fiscalização com informações para os devidos acompanhamentos e recomendações estão a seguir mencionados, assim como suas principais atividades e ferramentas para condução do seu trabalho, de tal forma que dão uma visão geral do ambiente de controle instituído na Entidade.

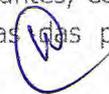
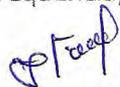
### **5.2. AUDITORIA INTERNA**

As funções de auditoria interna não são exercidas pela Entidade, sendo suprida pela auditoria externa e pelo processo de gestão de riscos e controles. Mais importante do que existirem as funções, é sempre manter o aprimoramento em termos de melhores práticas de governança.

### **5.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

Existe avaliação periódica dos controles. Os controles são periodicamente avaliados para que mantenham sua importância na mitigação dos riscos a que estão associados. Desta forma, são realizados ciclos de avaliação periodicamente e dos resultados destes foram elencados e priorizados planos de ação que poderiam mitigar os riscos, e assim a Entidade passou a execução dos planos até que fossem implementados para que pudesse, aí então, ser feita uma nova avaliação.

Dando continuidade no processo de melhorias de rotinas e de governança, com base em pontos destacados no relatório dos resultados do 3º Ciclo de Autoavaliação, assim como com base nos planos de ação sugeridos pela consultoria PFM, a Diretoria Executiva elencou e priorizou alguns planos de ação que julgou mais relevantes, com base no impacto e frequência, e iniciou no primeiro semestre algumas das providências sugeridas.



ACOMPANHAMENTO PLANOS DE AÇÃO - 3º CICLO DE AUTOAVALIAÇÃO			
Plano de Ação	Objetivo do Plano de Ação para os processos da FAPECE	Prazo Implementação	Status RMCF 1S2020
Adequação dos manuais de procedimentos da Entidade.	atender a evolução tecnológica e o rigoroso controle na proteção e utilização de dados.	-	Finalizado
Contratação de empresa para organizar os arquivos físicos da Entidade, com responsabilidade pela custódia e gestão.	implementar boas práticas de infraestrutura, dar maior segurança no manuseio de documentos e troca de dados	-	Finalizado
Requalificação na instalação elétrica do prédio sede da Entidade.	com objetivo de reduzir eventos que venham a comprometer as atividades operacionais da FAPECE.	-	Em andamento

Fonte: Ata 189º DE- FAPECE

Além disso, buscando a melhoria contínua do ambiente de controles, a área de controles internos realiza o acompanhamento diário das rotinas da Entidade, registrando em relatório mensal específico as principais ocorrências, de forma que a Diretoria Executiva e os Conselhos Deliberativo e Fiscal passaram também a acompanhar a evolução das medidas corretivas determinadas para solução dos problemas e/ou falhas reportadas no relatório.

No final do primeiro semestre a Entidade tinha nenhuma ocorrência pendente de resolução, conforme relatório 023/2020, o que representa importante ferramenta de controle de riscos e permite uma melhor gestão da Entidade. Todos os relatórios podem ser consultados junto a Entidade.

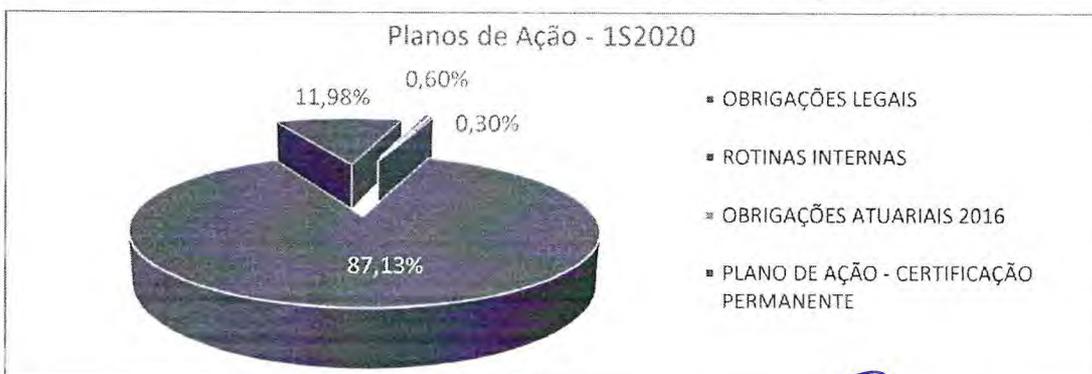
#### 5.4. COMPLIANCE

A preocupação com a adequação e aderência às normas e legislações é fato que se traduz nas funções desenvolvidas sobre o assunto.

Acompanhar e divulgar mudanças na regulamentação que afeta as atividades da Entidade é uma das preocupações e das atividades exercidas relacionadas ao *compliance* que monitoram riscos, especialmente os legais em alta intensidade, inclusive com acompanhamento das adequações.

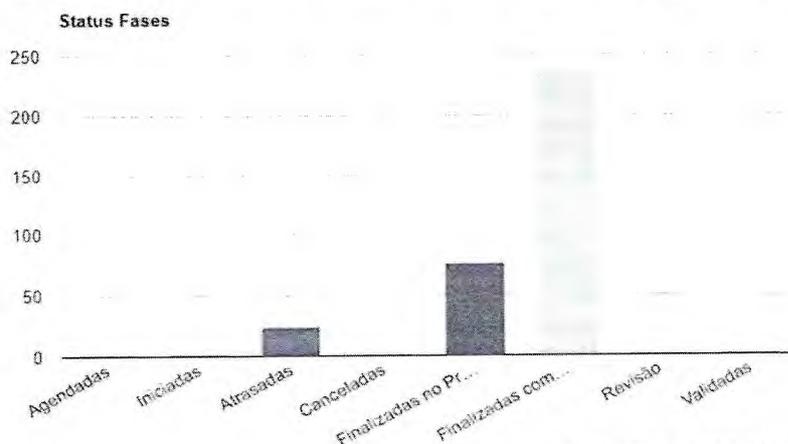
Atualmente o acompanhamento das obrigações legais é feito por meio da ferramenta sistêmica Unio, disponibilizada pela empresa terceira PFM Consultoria. Além disso, a Entidade também acompanha as recomendações dos Conselhos e algumas rotinas internas pelo mesmo sistema, o que auxilia no fluxo das informações e no cumprimento das obrigações.

No primeiro semestre a Entidade tinha 281 planos de ação, cadastrados no sistema Unio, compostos por 334 fases que se encontravam na seguinte distribuição:



Fonte: Sistema Unio 1S2020 - PFM Consultoria

Ao final do primeiro semestre as 334 fases apresentavam os seguintes status:



Fonte: Sistema Unio1S2020 - PFM Consultoria

Embora a Entidade apresentasse, ao final do semestre, mais da metade das fases finalizadas em atraso, a Diretoria Executiva afirma que as obrigações baixadas em atraso no Sistema Unio são realizadas e cumpridas sempre dentro do prazo devido. A efetiva baixa no sistema é que por vezes ocorre já fora do prazo em razão da demora em receber as evidências do cumprimento da obrigação, mas, na visão da Diretoria, o mais importante é o efetivo cumprimento da obrigação no prazo devido, considerando que os documentos anexados no sistema confirmam as datas da realização da obrigação, embora a baixa no sistema aconteça em momento posterior, mas constituindo-se em relevante ferramenta de controle gerencial.

## 5.5. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Ambiente de Controle** estão destacadas as estruturas de gestão e os órgãos corporativos que dão ênfase e disseminam o ambiente e a cultura organizacional, contribuindo para uma gestão alicerçada em valores e práticas que evitem a realização dos riscos e contribuam para que os objetivos sejam atingidos.

Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui que o ambiente de controle da Entidade está adequado ao seu porte e complexidade e aderente à legislação vigente, além disso, ficou evidenciado seu monitoramento e acompanhamento.

**Não são necessárias recomendações**, referente a este item, ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva para o primeiro semestre.

Contudo, este Conselho manterá sua atenção no andamento dos planos de ação originados dos resultados do 3º Ciclo de Autoavaliação.

## 6. GESTÃO DA Entidade

### 6.1. ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA

Analisando o material da Entidade que mantém todas as atas do CD, CF e DE sempre atualizadas e devidamente arquivadas, pode-se depreender que os Órgãos Diretivos são vistos como de alta capacidade de governança e papel fundamental na fiscalização da Entidade e compartilham o interesse comum da sustentabilidade de seu sistema. Observamos que os órgãos colegiados se reúnem com frequência garantindo a participação, sempre que possível, de todos os conselheiros, inclusive dos conselheiros suplentes, embora sem direito à voto. Além disso, temas relacionados com acompanhamento e monitoramento são recorrentes e aparecem em quase todas as atas ordinárias dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

### 6.2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Ao final do primeiro semestre a estrutura da Entidade se apresentava da seguinte forma: Diretor Presidente, Tiago Parente Lessa, que exerce a função de Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB; e Diretor de Seguridade, Francisco de Assis Sousa, que exerce as funções de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ e Administrador Responsável pela Gestão de Riscos – ARGR, todos devidamente certificados bem como também habilitados pelo órgão regulador. Além do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

Durante o primeiro semestre tomaram posse os novos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal com mandato de 05/2020 a 04/2024. No Conselho Deliberativo dois dos novos membros titulares e um membro suplente eram membros do Conselho Fiscal no mandato anterior, a saber: Walmir Severo Magalhães, Claudio Matoso Vilela Lima e Francisco Ademazinho Ponte de Holanda. Enquanto no Conselho Fiscal dois dos novos membros eram do Conselho Deliberativo no mandato anterior, Itamar Teixeira Bezerra e Francisco Daniel de Sousa.

Órgão Estatutário	Nome	Cargo	Mandato
Conselho Deliberativo	ODILON NEWTÁCIO CRUZ	Presidente	02/04/2018 a 02/04/2022
	FRANCISCO BERGSON PARENTE FERNANDES	Membro Titular	02/04/2018 a 02/04/2022
	WALMIR SEVERO MAGALHÃES*	Membro Titular	04/05/2020 a 30/04/2024
	CLAUDIO MATOSO VILELA LIMA*	Membro Titular	04/05/2020 a 30/04/2024
	FRANCISCO GALBA VIANA	Membro Suplemente	02/04/2018 a 02/04/2022
	MARIA DE LOURDES FREIRE DE SOUSA	Membro Suplemente	02/04/2018 a 02/04/2022
	FRANCISCO ADEMARZINHO PONTE DE HOLANDA*	Membro Suplemente	04/05/2020 a 30/04/2024
	FRANCISCO MARCÍLIO DE MELO	Membro Suplemente	04/05/2020 a 30/04/2024
Conselho Fiscal	ROBERTO VIRGINIO DE SOUSA	Presidente	02/04/2018 a 02/04/2022
	JOÃO NICÉDIO ALVES NOGUEIRA	Membro Titular	02/04/2018 a 02/04/2022
	ITAMAR TEIXEIRA BEZERRA*	Membro Titular	04/05/2020 a 30/04/2024
	FRANCISCO DANIEL DE SOUSA*	Membro Titular	04/05/2020 a 30/04/2024
	NIZOMAR FALCÃO BEZERRA	Membro Suplemente	02/04/2018 a 02/04/2022
	JOSÉ LEITÃO FILHO	Membro Suplemente	04/05/2020 a 30/04/2024
Diretoria	JORGE PINTO FILHO	Membro Suplemente	04/05/2020 a 30/04/2024
	TIAGO PARENTE LESSA	Diretor Presidente – ARPB	02/05/2019 a 02/05/2022
	FRANCISCO DE ASSIS SOUSA	Diretor de Seguridade - AETQ e ARGR	02/05/2019 a 02/05/2022

Fonte: Relatório Dirigentes 1S2020 - PREVIC

### 6.3. CERTIFICAÇÕES

A Resolução CNPC nº 19 de 30/03/2015, alterada pela Resolução CNPC nº 33 de 04/12/2019, além da Instrução nº 28 de 12/05/2016 e da Instrução nº 13 de 03/07/2019 estabelecem as diretrizes para os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.

Dentre as principais diretrizes estabelecidas pela legislação, está a exigência de certificação para o exercício dos cargos e funções dos membros da diretoria-executiva, do conselho fiscal, do conselho deliberativo; dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos. Verifica-se a não exigibilidade da emissão de atestado de habilitação para os membros de conselho fiscal e deliberativo das EFPCs que não sejam classificadas como ESI, como é o caso da Entidade. Exige-se ainda que todos os membros estejam certificados para os conselhos deliberativo e fiscal no prazo de um ano, a contar da posse, para obtenção da certificação, exceção feita para o AETQ, que deverá se certificar antes do exercício da função.

Ao final do primeiro semestre, a Entidade apresentava a seguinte situação com relação a certificação dos membros dos órgãos de governança.

Órgão Estatutário	Nome	Mandato	Certificação	Validade do Certificado
Conselho Deliberativo	ODILON NEWTÁCIO CRUZ	02/04/2018 a 02/04/2022	ICSS	27/11/2021
	FRANCISCO BERGSON PARENTE FERNANDES	02/04/2018 a 02/04/2022	ICSS	27/07/2020
	WALMIR SEVERO MAGALHÃES	04/05/2020 a 30/04/2024	ICSS	18/04/2022
	CLAUDIO MATOSO VILELA LIMA	04/05/2020 a 30/04/2024	ICSS	22/10/2021
	FRANCISCO GALBA VIANA	02/04/2018 a 02/04/2022	ICSS	27/06/2022
	MARIA DE LOURDES FREIRE DE SOUSA	02/04/2018 a 02/04/2022	ICSS	30/11/2020
	FRANCISCO ADEMARZINHO PONTE DE HOLANDA	04/05/2020 a 30/04/2024	ICSS	24/04/2022
	FRANCISCO MARCÍLIO DE MELO	04/05/2020 a 30/04/2024	-	no prazo legal
Conselho Fiscal	ROBERTO VIRGINIO DE SOUSA	02/04/2018 a 02/04/2022	ICSS	27/03/2022
	JOÃO NICÉDIO ALVES NOGUEIRA	02/04/2018 a 02/04/2022	ICSS	28/10/2020
	ITAMAR TEIXEIRA BEZERRA	04/05/2020 a 30/04/2024	ICSS	31/12/2020
	FRANCISCO DANIEL DE SOUSA	04/05/2020 a 30/04/2024	ICSS	19/04/2021
	NIZOMAR FALCÃO BEZERRA	02/04/2018 a 02/04/2022	ICSS	10/04/2022
	JOSÉ LEITÃO FILHO	04/05/2020 a 30/04/2024	-	no prazo legal
Diretoria	JORGE PINTO FILHO	04/05/2020 a 30/04/2024	-	no prazo legal
	TIAGO PARENTE LESSA	02/05/2019 a 02/05/2022	ICSS	29/01/2022
	FRANCISCO DE ASSIS SOUSA	02/05/2019 a 02/05/2022	ICSS	06/08/2022

Fonte: Relatório Dirigentes emitido do site da Previc

Com base nas informações apresentadas, constatamos que dois membros do Conselho Deliberativo e um do Conselho Fiscal estão com as certificações para vencer no segundo semestre de 2020. Além disso, dois dos membros empossados em maio de 2020 ainda não possuem certificação, mas estão dentro do prazo legal de um ano da posse para se certificar.

Portanto, com base no exposto anteriormente, entendemos que todos os órgãos estatutáriosse encontram, ao final do primeiro semestre, em pleno *compliance* com todos



os membros devidamente certificados ou dentro do prazo legal para obter a exigida certificação.

Ainda com relação a este assunto, durante o primeiro semestre, no mês de abril a PREVIC encerrou oficialmente o processo de fiscalização iniciado em 2019 por meio do Ofício de nº 016/2020/ERPE/DIFIS/PREVIC e considerou que em relação ao enquadramento da certificação dos membros dos órgãos estatutários a Entidade não atendeu as disposições legais e determinou, por meio do Ofício nº 17/2020/ERPE/DIFIS/PREVIC, que o Conselho Deliberativo aprove um Plano de Ação destinado a certificação permanente dos seus conselheiros e dirigentes.

Com isso, dando cumprimento à determinação da PREVIC, objetivando a obtenção e manutenção constante da certificação por parte de todos os dirigentes e conselheiros, o Plano de Ação foi elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo por ocasião da realização de sua 79ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 15/05/2020 e nele estão detalhadas cada etapa que deverá ser realizada para atender à exigência do órgão regulador, com a definição de data início e prazo limite para a execução e os responsáveis por cada uma delas. Este item passará a ser matéria de acompanhamento deste Conselho para os próximos semestres.

#### COMENTÁRIOS DA DIRETORIA

O assunto certificação é rotineiro nas reuniões dos órgãos colegiados, como atestam os registros em atas, o tema foi registrado em pelo menos 77 atas, da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal desde o início da nova gestão da Entidade.

Contudo, o problema enfrentado pela Entidade é que sua massa de participantes é muito pequena e madura, com quase todos já acima de 60 (sessenta) anos e poucos deles (sejam ativos ou já em gozo de benefício) são os que se dispõem a assumir responsabilidades e obrigações legais junto ao plano, sem falar na necessidade de buscar uma certificação para exercício regular da função, à luz da Resolução CNPC nº 19/2015.

Com esse perfil, é difícil encontrar outros participantes que se disponham a estudar, se qualificar e se certificar para colaborar na importante missão de ser Conselheiro da Entidade. Inclusive, diante de tais dificuldades, de fato observamos que os participantes que se inscrevem para disputar eleições, assim como os que são indicados pela própria patrocinadora, em geral, são participantes que compuseram os quadros em mandatos anteriores, o que dificulta a alternância entre os mandatos com intervalos entre eles.

#### 6.4. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

No capítulo **Gestão da Entidade** estão tratadas a estrutura de governança, as certificações dos membros dos órgãos de Governança, assim como a atuação dos órgãos estatutários.

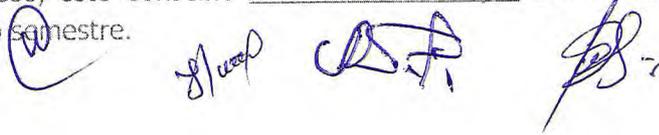
Desta forma, com base nas informações analisadas este Conselho conclui a Entidade, estava, ao final do semestre, aderente a legislação com conselheiros ainda dentro do prazo legal para obter a certificação e outros com a certificação próxima ao seu vencimento. Ainda que não houvesse irregularidades no período em análise, foi determinado pela PREVIC a aprovação de um Plano de Ação objetivando a obtenção e manutenção constante da certificação por parte de todos os dirigentes e conselheiros.

Sendo assim, para atender as exigências do órgão regulador, **recomendamos** ao Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva que elaborem um plano de educação continuada para todos os diretores e conselheiros que hoje ocupam cargos na Diretoria

Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal, buscando o aprendizado e permanente certificação de todos.

**Recomendamos** também que no relatório do próximo semestre seja demonstrado o acompanhamento do plano de ação exigido pelo órgão regulador.

Além disso, este Conselho manterá sua atenção aos vencimentos dos certificados no próximo semestre.



## 7. RESUMO DOS COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL

O quadro a seguir apresenta o resumo dos resultados das análises efetuadas pelo Conselho Fiscal no primeiro semestre de 2020, emitidos por meio de seus comentários e recomendações neste relatório.

RESUMO DOS COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 1S2020				
Item analisado no RMCF 1S2020	Resultado da Análise	Número da Recomendação	Descrição	Prazo
2. INVESTIMENTOS	Sem Recomendações	-	Não foram necessárias recomendações referente a este item	-
3. ATUARIAL	Sem Recomendações	-	Não foram necessárias recomendações referente a este item	-
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Atenção e Monitoramento	-	Não foram necessárias recomendações referente a este item. <u>Manteremos atenção</u> , para o próximo semestre, aos efeitos da pandemia nos resultados da Entidade	RMCF 2S2020
5. AMBIENTE DE CONTROLE	Atenção e Monitoramento	-	Não foram necessárias recomendações referente a este item. <u>Manteremos atenção</u> no andamento dos planos de ação originados dos resultados do 3º Ciclo de Autoavaliação.	RMCF 2S2020
6. GESTÃO DA Entidade	Recomendação	R6.1-1S2020	<b>Recomendamos</b> a elaboração de um plano de educação continuada para todos os diretores e conselheiros que hoje ocupam cargos na Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal.	RMCF 1S2021
	Recomendação	R6.2-1S2020	<b>Recomendamos</b> que no relatório do próximo semestre seja demonstrado o acompanhamento do plano de ação exigido pelo órgão regulador.	RMCF 2S2020
	Atenção e Monitoramento	-	<u>Manteremos atenção</u> aos vencimentos dos certificados no próximo semestre.	RMCF 2S2020

Fonte: RMCF 1S2020 - FAPECE

Os comentários e recomendações podem ser consultados na íntegra ao final de cada um dos itens deste relatório.

Neste item serão acompanhados e monitorados os resultados das análises, quando forem: atenção, monitoramento e recomendação, emitidos pelo Conselho Fiscal em semestres anteriores.

Sendo assim, ao final do primeiro semestre as recomendações emitidas pelo Conselho no semestre anterior apresentavam os seguintes *status*.

➤ segundo semestre de 2019

ACOMPANHAMENTO DOS COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL - RMCF 2S2019					
Item analisado no RMCF 2S2019	Resultado da Análise	Número da Recomendação	Descrição	Prazo	Status RMCF 1S2020
5. AMBIENTE DE CONTROLE	Atenção e Monitoramento	-	Não foram necessárias recomendações referente a este item. O Conselho <u>manterá sua atenção</u> no andamento das providências tomadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo em relação aos resultados do ciclo de autoavaliação, apresentado neste semestre, e sugere que seu acompanhamento seja incluído nos próximos relatórios.	RMCF 1S2020	Já está contemplado no RMCF 1S2020
6. GESTÃO DA Entidade	Sem novas Recomendações, mantida a R6-1S2019	R6-1S2019	Não foram necessárias novas recomendações, referente a este item, para o 2º semestre de 2019, considerando que a <u>recomendação</u> efetuada no Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal do 1º semestre se mantém pertinente para o semestre em análise e deverá ser avaliada no ano de 2020.	RMCF 1S2020	Atendida, ao final do 1S2020 a Entidade encontra-se aderente a legislação

Fonte: RMCF 2S2019 - FAPECE

## 8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Conselho Fiscal, nos termos da Resolução CGPC nº 13, parágrafo único – Inciso I de 2º de outubro de 2004, encaminha ao Conselho Deliberativo o presente relatório com suas recomendações para conhecimento e providências que julgar necessárias.

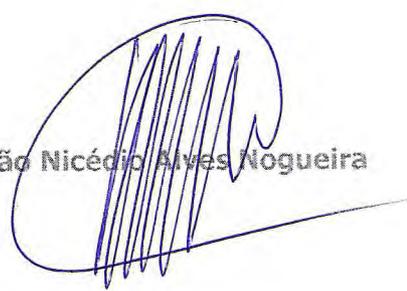
Fortaleza, 28 de outubro 2020.



Roberto Virgílio e Sousa



Itamar Teixeira Bezerra



João Nicélio Alves Nogueira



Francisco Daniel de Sousa

## 9. DOCUMENTOS ANALISADOS

### a. Investimentos

- Políticas de Investimentos de 2020 do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA)
- Relatório de Acompanhamento da Política de Investimentos –1S2020
- Relatório de Análise dos Investimentos –1S2020
- Relatório de *Compliance* dos Investimentos-1S2020
- Relatório de Desempenho -1S2020
- Relatório de *Performance* -1S2020

### b. Atuarial

- Regulamento vigente do Plano de Benefícios
- Balancetes Consolidados - 1S2020
- Demonstrativo Estatístico – 1S2020
- Relatório de Avaliação Atuarial 2019 – 1S2020
- Demonstrativo Atuarial - 2019

### c. Execução orçamentária

- Balancetes Analíticos do Plano de benefícios - 1S2020
- Balancetes Analíticos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) - 1S2020
- Orçamento geral para o exercício social de 2020
- Relatório de Análise Comparativa - 1S2020
- Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – RPGA
- Indicadores de gestão 2020

### d. Ambiente de Controle e Gestão da Entidade

- Estatuto vigente da Entidade
- Atas do Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal - 1S2020
- Relatório de Dirigentes (PREVIC)
- Relatório de Controles Internos do primeiro semestre de 2020

